

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-3-2021.

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Cris Medeiros, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Maristela Maffei, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Bernadete Senna, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 005/21 (Processo nº 0086/21), de autoria de Fernanda Barth; o Substitutivo nº 02, de autoria de Lourdes Sprenger, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 013/15 (Processo nº 1167/15). Também, foram apregoados os Ofícios nºs 135 e 136/21, do Prefeito, encaminhando veto total, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 016 e 088/20 (Processos nºs 0350 e 0230/20, respectivamente). A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando licença para tratamento de saúde do dia nove ao dia dezenove de março do corrente. Também, foram apregoadas as seguintes declarações: firmada por Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, informando o impedimento de Reginete Bispo em assumir a vereança do dia nove ao dia dezenove de março do corrente; firmada por Marcelo Sgarbossa, informando não estar impedindo de assumir a vereança a partir do dia nove de março do corrente; firmada por João Bosco Vaz, comunicando seu impedimento em assumir a vereança durante a XVIII Legislatura. Em continuidade, o Presidente informou as seguintes posses de suplentes: de Cris Medeiros, do dia oito ao dia dez de março do corrente, em substituição a Leonel Radde, integrando a Comissão de Constituição e Justiça; de Maristela Maffei, do dia oito ao dia dez de março do corrente, em substituição a Jonas Reis, integrando a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude; de Bernadete Senna, do dia oito ao dia doze de março do corrente, em substituição a Claudio Janta, integrando a Comissão de Constituição e Justiça; Marcelo Sgarbossa, do dia nove ao dia dezenove de março do corrente, em substituição a Aldacir Oliboni, integrando a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Após, por solicitação de Laura Sito, Márcio Bins Ely e Maristela Maffei, foi realizado um minuto de silêncio, em homenagem póstuma, respectivamente, a Michele Sandri da Costa, a Eduardo Bins Ely e João Mano José, e a Santa Irene Lopes de Araújo. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Maristela Maffei, a Cris Medeiros e a Marcelo Sgarbossa, que se pronunciaram nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Karen Santos,

Alexandre Bobadra, Laura Sito, Roberto Robaina, Cláudia Araújo, Bruna Rodrigues, Moisés Barboza, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Mari Pimentel, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Hamilton Sossmeier. Às dezesseis horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento de autoria de Laura Sito, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 021/13 (Processo nº 0527/13), por quatro votos SIM e trinta e um votos NÃO, considerando-se mantido o veto total oposto, após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia e Pedro Ruas, tendo votado Sim Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bernadete Senna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Cris Medeiros, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Maristela Maffei, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/17 (Processo nº 1049/17), em sua parte vetada, por treze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, considerando-se mantido o veto parcial oposto, após ser discutido por Pedro Ruas, Jessé Sangalli, Maristela Maffei, Airto Ferronato e Roberto Robaina e encaminhado à votação por Pedro Ruas, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli e Roberto Robaina, tendo votado Sim Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cris Medeiros, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Maristela Maffei, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bernadete Senna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A seguir, por solicitação de Pablo Melo, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Paulinho Rubem Berta. Foi aprovado requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 065/20 (Processo nº 0159/20). Também, foi aprovado requerimento verbal formulado por Laura Sito, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito à Diretoria Legislativa que proceda a chamada nominal.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando licença para tratamento de saúde no período de 9 a 19 de março de 2021.

Apregoo declaração firmada pelo Ver. Aldacir Oliboni, informado o impedimento da suplente Reginete de Souza Bispo em assumir a vereança no período de 9 a 19 de março de 2021.

Apregoo declaração firmada pelo suplente Marcelo Sgarbossa, informando não estar impedido para exercer a vereança a contar do dia 09 de março de 2021, em retificação ao informado pelo líder da bancada do PT, no dia 1º de março de 2021.

Apregoo declaração firmada pelo suplente João Bosco Vaz, comunicando o seu impedimento em exercer a vereança durante toda a XVIII Legislatura, (SEI nº 11800100/2021-42.)

Informo que, no dia 08 de março de 2021, as suplentes Cris Medeiros, Maristela Maffei e Bernadete Senna foram empossadas na vereança, em substituição, respectivamente, aos vereadores Leonel Radde, Jonas Reis e Claudio Janta, licenciados nos termos de requerimentos aprovados em 03 de março de 2021.

As suplentes empossadas passaram a integrar as comissões permanentes conforme segue: vereadoras Cris Medeiros e Bernadete Senna, na CCJ; Ver^a Maristela Maffei, na CECE.

O suplente Marcelo Sgarbossa foi empossado na vereança no dia 9 de março de 2021, em substituição ao Ver. Aldacir Oliboni, em Licença de Tratamento de Saúde, passando a integrar a COSMAM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Sandro.

Vereadora Laura Sito (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Michele Sandri, em decorrência da Covid-19.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Eduardo Bins Ely e Mano José.

Vereadora Maristela Maffei (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Santa Irene Lopes de Araújo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Maristela Maffei está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; caros vereadores de Porto Alegre, é uma honra retornar a esta Casa, na qual por muitos anos estive presente, por muitos mandatos, o que muito me honra pelo partido que represento. É muito emocionante reencontrar grandes amigos, grandes companheiros e companheiras, e também estar como parte de um partido ligado aos projetos não apenas dos movimentos sociais, mas ao lado daquela forma de trabalho na qual eu acredito.

Falando isso, gostaria de externar aqui toda a tristeza deste momento que estamos vivendo. É um momento de luto profundo, que mexe com todos nós, quer dizer, ao menos com aqueles que acredito serem humanos, que acreditam no senso e na sensibilidade humana e na responsabilidade daqueles que não têm. Isso precisa ser dito para que não passe calada a dor, como foi no holocausto. Assim nós estamos vivendo; lá uma câmara mede gás, aqui uma câmara de asfixia, como aqui, no PA da Parada 12, tivemos já oito entulhados mortos dentro de um PA, esperando uma câmara fria para vir buscar. Isso tem nome e tem responsabilidade, a qual nós chegamos neste momento e eu não vou deixar passar, porque isso é muito dolorido, não é apenas a dor dos amigos mais próximos, mas é a dor de todos aqueles que estão indo. Eu ouvi que o Ver. Moisés Barboza também passou por isso, agora o Ver. Oliboni e tanto outros, toda a nossa solidariedade. Não há solução, não há possibilidade, se não houver uma parada total neste momento, não há economia que sobreviva com a dor da morte, ou com a perda do seguro emergencial, ou com o desemprego, mas o desemprego é pura irresponsabilidade daqueles que deixaram chegar até aqui. E essa irresponsabilidade tem nome, todos sabemos que o que está acontecendo é por pura improbidade administrativa e política do Presidente deste País, que deixou de ter a responsabilidade de dialogar com o mundo, seja com países socialistas ou capitalistas para que hoje nós tivéssemos as questões científicas prioritárias, importantíssimas para a nossa sociedade.

Eu venho aqui também para falar sobre as questões das nossas comunidades. Vereador Pedro Ruas, eu me alegro muito em vê-lo; também a Cris, essa mulher maravilhosa. Quero dizer que nós podemos, sim, solucionar alguns problemas mais importantes, como foi a questão da retirada, pela EPTC, no final do governo Marchezan, na transição do governo Melo, da linha de lotação Bom Sucesso. Nós, aqui, somos prisioneiros de uma única linha da Sudeste que não cumpre com o seu horário, que está sucateada, está suja, está imunda, e nos tiraram a possibilidade de ter a linha de lotação Bom Sucesso, que aliviava a dor das mães, dos pais que podiam ir trabalhar com mais tranquilidade. Tantos outros projetos que estou protocolando hoje, com muito orgulho, tanta na área da acessibilidade, como na área da questão das mulheres e das

mães que estudam à noite, na Lomba do Pinheiro. Há um projeto popular, como os EJAs, estamos solicitando um projeto de acolhimento dos filhos nesses horários para que as mães possam continuar os seus estudos.

Eu quero dedicar o final da minha fala a um momento muito especial, ao momento da esperança, que surgiu e ressurgiu pela nossa luta, pela nossa persistência, pela liberdade de expressão e pela manutenção da nossa Constituição Federal, pela honradez que tem que ter um STF em fazer cumprir e valer o seu lugar especial nesta sociedade. Então, meu caro Lula, receba aqui esta homenagem desta militante que, muito antes de ser socialista, já conhecia, desde pequena, a tese da liberdade e da vez para todos, a tese da expressão das mulheres na economia informal, ou seja, das trabalhadoras, a tese da negritude, do indígena, pois este País nunca foi descoberto, este País foi invadido e destruído desde lá, então, pelos mesmos usurpadores. Nós somos a resistência! Em nome disso, Presidente, a minha voz é gasguita, mas quero cantar aqui uma pequena canção: “Passa o tempo a favor de tudo que é direito, ter direito é esperança, é só vir e querer, porque assim o amanhã o será. Lula lá, brilha uma estrela. Lula lá, surge a esperança. Lula lá, aqui de novo conosco. Lula lá, meu primeiro voto para fazer valer essa estrela e uma grande constelação. Lula lá, somos nós juntos. Lula lá é lutar as flores daqueles que nunca quiseram fazer apenas por si. Então eu canto: Lula lá, brilha uma estrela; Lula lá, brota esperança; Lula lá, num Brasil criança para fazer brilhar a nossa estrela; Lula lá, é a gente junto; Lula lá, chegou a hora; Lula lá, tua irmã aqui, brilha e chora, com a alegria de te rever renascer a esperança”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Maristela Maffei. A Ver.^a Cris Medeiros está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA CRIS MEDEIROS (PT): Muito obrigada, Presidente. Boa tarde, vereadores e vereadoras, quem nos assiste pelo YouTube. Bom, eu hoje acabei de receber a triste notícia do falecimento de uma amiga de infância, uma mulher jovem, 50 anos, moradora da Vila Bom Jesus, trabalhadora. Eu comecei o meu mandato com a triste notícia do falecimento da companheira Michele, uma feminista, lutadora do partido dos trabalhadores e das trabalhadoras. Claro, essa é uma realidade que infelizmente o Brasil está vivendo, porque afinal de contas estamos sob o comando de um genocida, vemos essa política se repetir no Estado e no Município. É muito difícil começar um mandato com um falecimento de uma mulher muito próxima, e acabar o meu mandato sabendo também do falecimento de uma amiga querida. O sentimento dos brasileiros e das brasileiras, há um ano, é de falta de apoio, falta de crença de que vai melhorar. Eu venho fazer um apelo não aos companheiros e companheiras de esquerda, porque esses lutam pela vida, defendem a vida, inegavelmente defendem principalmente a população mais vulnerável, mas eu venho fazer um apelo aos vereadores e vereadoras

aliados do governo para prestarem a atenção no que está acontecendo, para prestarem atenção nas mortes que se dão muito mais na população mais vulnerável. Nós precisamos e dependemos de uma força-tarefa e do compromisso de todos e todas que vão nas vilas, em época de eleição, pedir votos daqueles que agora estão morrendo, abandonados, esquecidos, preteridos. É muito difícil para quem está na vila ver que a população está dependendo de gestores que priorizam a economia. A economia não existe sem as pessoas, como muito bem falou o presidente Lula, a economia, quando tem problema, os grandes empresários, quando têm problemas, recorrem ao Estado, mas cabe ao Estado, primeiramente, atender a população – esse é o nosso dever e é por isso que cada um, cada uma de nós está aqui.

Então, nesses três dias de mandato, eu cumpri não com promessas de campanha, não com os compromissos de campanha, eu cumpri com o meu compromisso de vida, com o meu compromisso de trabalho com aquelas pessoas que infelizmente não são prioridade para a maioria daqueles que hoje compõem a Câmara Municipal. É preciso e defendo o *lockdown*, a cidade precisa parar, a cidade precisa se proteger. Nós precisamos de vacinas, do auxílio emergencial, as pessoas estão morrendo de fome! E venho fazer uma denúncia: médicos nos postos de saúde estão receitando cloroquina, isso já foi proibido pelo Judiciário, isso já foi proibido pelo Ministério Público, mas no momento em que nós temos um prefeito que defende o uso...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA CRIS MEDEIROS (PT): Com licença, eu estou com o direito da minha fala, quando a senhora quiser falar, quando a senhora tiver o seu tempo, a senhora fala. O médico não pode receitar o que lhe der na telha, o médico tem que ter compromisso com a vida. Eu venho aqui reforçar e defender o *lockdown*, vacina e auxílio emergencial para a população. Parem, ricos, de matarem os pobres, vocês precisam dos pobres, principalmente em época de eleição. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Antes de eu falar do assunto que me traz aqui como liderança do meu partido para me comunicar, eu quero esclarecer que tempo de fala não é tempo para mentir, e que, sim, os médicos têm o direito de prescrever o remédio que bem entenderem, porque isso está resguardado a eles, tanto pelo Sindicato Médico, como pelo Cremers. O que foi proibido é que a Prefeitura dê o medicamento gratuitamente, o médico tem direito de prescrever, isso faz parte da liberdade médico/paciente. Eu acho importantíssimo deixar aqui esse esclarecimento.

Eu quero aqui manifestar o meu apoio absoluto, de coração e alma, aos trabalhadores, micro e pequenos trabalhadores, empreendedores, empresários de todos os tamanhos que estão desesperados por esse decreto autoritário que fechou tudo e que impede as pessoas de levarem comida para dentro de casa, impedem as pessoas de trabalharem, como se existisse alguma mágica que permitisse financeiramente que toda a população do Rio Grande do Sul, que não é funcionário público e nem político, como nós, que temos os nossos recursos garantidos, tenham um auxílio emergencial para colocar comida na mesa, então, a gente sabe que isso não existe. Neste momento tem uma carreta com mais de 5 mil carros passando em frente ao Piratini, mesmo que tenham tentado isolar toda a região para que as pessoas não possam se manifestar, sendo que é um direito democrático e legal garantido a cada um de nós a manifestação contra aquilo que nós não concordamos. Então, são mais de 50 cidades participando até agora da manifestação, são guerreiros do bem que querem, sim, botar dinheiro dentro de casa, não querem esmolas, querem trabalhar e tiveram o seu direito mais básico subtraído, e isso aqui não tem absolutamente nenhuma discordância relativa à saúde porque essas pessoas todas estavam mantendo o protocolo dentro da manifestação.

É importante que se dê espaço para que o contraditório seja dito, para que as pessoas mostrem o seu descontentamento por tudo que está sendo feito no Rio Grande do Sul. E, sim, existe uma política genocida de desempregar pessoas, de destruição de empresas e empregos, de colocar as pessoas na miséria para que todos precisem recorrer ao Estado, que é tudo aquilo que a gente sabe que não funciona. Então, precisamos garantir a essas pessoas o seu direito de trabalhar de volta, o retorno da cogestão, porque o prefeito Melo tinha todos os decretos prontos para, com a maior responsabilidade, abrir os negócios, abrir os postos de empregos, abrir as empresas. E eu não estou aqui defendendo o grande empresário, eu estou defendendo o sapateiro, a tiazinha que tem um instituto de cabelereiro, o barbeiro, o padeiro, as pessoas que vivem do dia a dia, as pessoas que precisam trabalhar para pagar conta. Hoje, pela manhã, a Ver.^a Bruna disse: “Ah, o coitado que tem que vender água na sinaleira para sobreviver.” Mas é óbvio, o coitado tem que vender água na sinaleira para sobreviver porque o governo tirou dele o direito de trabalhar, e não tem auxílio emergencial no mundo que dê para uma população inteira. Então, vamos falar a verdade, vamos falar com seriedade aqui. Esses que ficam contra a economia não entendem que as duas coisas andam juntas e que o desempregado de hoje é a pessoa que não tem recurso.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Quero deixar claro que eu apoio incondicionalmente todos que estão em frente ao Piratini, passando na carreta neste momento, todos que estão defendendo que todo trabalho é essencial para quem vive dele. Todo trabalho é indispensável para quem vive dele, e nós não podemos tirar das pessoas que querem trabalhar esse direito. Quem não quer que fique em casa, quem precisa trabalhar tem que ter o direito assegurado de trabalhar, de estar fazendo o que é necessário. Essas pessoas não são responsáveis pelo aumento dos casos, todos seguiram

protocolos sanitários: álcool em gel, máscara, distanciamento e mesmo assim tiveram os seus diretos retirados.

Quero deixar aqui esse registro de apoio total. A manifestação é legítima, é democrática, e o governador tem, sim, que ouvir. Pela volta da cogestão porque eu acredito no trabalho do prefeito Melo e do vice Ricardo Gomes que montaram uma equipe de combate ao Covid, que trabalha 24h por dia, incessantemente, basta vocês se informarem. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art.12 do Regimento.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiro uma boa tarde, Presidente Márcio, colegas vereadores. Eu também como disse, seja ... (Problemas de conexão.) ...pelo contexto geral e pela perda dessa colega da Câmara que faleceu na segunda-feira... (Problemas de conexão.) ...Melhorou o som? Não vou repetir o que eu falei antes, falei da nossa companheira que partiu e quero, na manifestação da companheira Maristela, dizer que é um dia diferente hoje. Eu lembrei aqui, quando escutei agora pela manhã, a fala do ex-Presidente Lula, que há uns dias 15 dias eu estava num programa de rádio com o ex-secretário de mobilidade urbana, Sr. Luiz Fernando Záchia, que também foi acusado, foi absolvido – se eu não me engano, agora, além de escrever um livro, está divulgando a situação que ele enfrentou. Ele me comentou, eu não tinha os detalhes. Eu acredito – não é do meu feitio – que nunca o acusei da tribuna ou alguma coisa assim, mas de qualquer forma, se fiz alguma manifestação contra ele, peço desculpas. Eu acho que não é feio pedir desculpas, a gente erra. E eu aqui, ao voltar a esta Câmara, uma Câmara que volta a obedecer ao princípio da proporcionalidade, quero lembrar aqui, alguns vereadores não estavam nessa legislatura, mas que se tentou dar um golpe, há quatro anos, e conseguiram dar o golpe. Nós recorremos ao Judiciário, eu e o Ver. Alex Fraga, fomos conversar com o desembargador-relator, não surtiu efeito. Mas agora uma nova tentativa de golpe, por uma maioria na Câmara, foi barrada no Judiciário. Então, eu quero cumprimentar os colegas da oposição – do PT e do PSOL – porque conseguiram, infelizmente tiveram que recorrer à Justiça, mas conseguiram que não se fizesse novamente um golpe por mais uma legislatura.

E a questão do Lula que eu não posso deixar de comentar. A fala dos ministros ontem, mesmo a dos ministros que em alguns processos foram severos com o Presidente Lula, agora colocam as coisas nos devidos lugares, ou seja, o chamado (Problemas na conexão.), o uso do direito para punir ficou escancarado por diversas vezes. O STF finalmente consegue reconhecer algo que estava muito claro. Eram muito claras as atitudes do Moro. O simples fato de um juiz aceitar ser Ministro da Justiça de um Presidente, ainda durante o período em que era juiz, é uma demonstração clara de um uso político do direito. Eu espero que o Moro seja responsabilizado e tantos outros

procuradores que fizeram essa manobra com fins políticos. O povo realmente tem essa sabedoria e saberá, nas urnas, mostrar de que lado está. Aquela frase que o tempo é o senhor da verdade é uma frase que cada vez faz mais sentido.

Então, para finalizar, eu quero dizer aqui que colegas vereadores da legislatura passada e os dessa legislatura que, mais uma vez, tentaram dar um golpe na Câmara, não é feio dizer que erraram, não é feio. Eu lembrei do secretário Záchia, para dizer que mesmo – faço inclusive um desafio aqui, não tenho nenhuma manifestação contra ele, posso estar enganado – se fiz alguma manifestação, ainda que não pública, peço desculpas por ter feito esse julgamento.

Então, eu acho que caberia aqui também, a quem possa reconhecer que errou, a grandeza de poder reconhecer os erros e também reconhecer os erros que cometeram seja contra o Partido dos Trabalhadores, seja com os de esquerda, seja com quem for. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadoras, vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre; boa tarde a quem está nos assistindo em casa. Eu falo hoje nesta tribuna virtual, enquanto mulher negra eleita, para compartilhar com todos e todas que, nesta semana, em diversas cidades do nosso País, parlamentares de diversos partidos comprometidos com o Instituto Marielle Franco, protocolamos 12 projetos de lei, apresentados por Marielle Franco, no Rio de Janeiro, e vários deles aprovados inclusive pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Projetos que carregam políticas públicas e propostas que podem e devem ser implementadas aqui no nosso Município de Porto Alegre.

Estamos falando de propostas como a criação de um dossiê municipal sobre os dados de violência contra as mulheres da cidade, informação que é fundamental para que possamos produzir leis de forma embasada, como a criação ou ampliação do programa das casas de parto para garantir atendimento humanizado às mulheres e famílias que irão parir a próxima geração de cidadãs e cidadãos porto-alegrenses, ou por exemplo, a criação do Espaço Coruja, um espaço infantil noturno para que pais e mães que trabalham ou estudam no turno da noite tenham com quem deixar essas crianças de forma segura e acolhedora. O projeto é voltado principalmente para a população pobre e favelada desse País, que muitas vezes perde, os seus empregos por não terem com quem deixar essas crianças quando saem para trabalhar. Ao longo desses anos, nós poderemos debater cada um desses projetos no tempo que for necessário para que a gente possa adaptá-los ainda mais à nossa realidade e fazer equivaler os direitos que a nossa Constituição garante.

Além dos projetos de Marielle, todas nós comprometidas com a agenda Marielle Franco, também estamos apresentando um projeto, porque o dia 14 de março

se aproxima, data em que se completam três anos sem Marielle e Anderson, três anos sem respostas sobre quem mandou matar Marielle, seja o dia Marielle Franco de enfrentamento à violência política contra as mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas.

Já seria motivo bastante oficializarmos essa data em homenagem à vida e à luta de Marielle, mas esse projeto também se torna ainda mais urgente quando, desde o final do ano passado, dezenas de parlamentares negras eleitas sofreram ameaças e atentados contra suas vidas. É bom lembrar que o Estado brasileiro, que deveria zelar por todas as vidas, é quem assassinou a Marielle Franco. Sim, o Estado brasileiro, afinal, as armas eram da polícia e os autores eram policiais, portanto, cabe a nós, parlamentares eleitas, darmos um recado de que nenhuma morte é aceitável, mas que, quando uma parlamentar eleita é assassinada, é um ferimento grave à democracia brasileira. Os ensinamentos das nossas antigas, das nossas ancestrais, da nossa mãe Terra, que já virou uma sabedoria popular diz que a gente colhe o que planta. Então, se hoje nós estamos juntas, plantando projetos e ideias baseadas no amor, na justiça social, no bem viver de todas as pessoas é porque é esse o mundo que a gente quer colher. E para cada cidadão que desprezar a memória da Marielle e quiser plantar sementes de violência e de ódio, nós seremos muitas unidas para defender essa memória e semear amor e justiça. Seguiremos firmes, comprometidas com a Agenda Colaborativa Marielle Franco, que se somatiza ao legado de Marielle, um conjunto de pautas e práticas antirracistas, feministas e populares. Seguiremos firmes, apoiando as ações do Instituto Marielle Franco, organização fundada pela família da Marielle, dirigida por Anielle Franco, para lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar a semente que a Marielle nos deixou. Convidamos todos que estão ouvindo este chamado para participar do “Março por Marielle e Anderson”, fortalecer essa família e essa organização independente da sociedade civil, que passa 365 dias por ano inspirando, conectando, fortalecendo mulheres negras, pessoas LGBTQs e periféricas a seguirem movendo estruturas. Seguiremos firmes e vamos juntas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, eu ia falar sobre um tema, mas eu vou aproveitar a fala da Ver.^a Karen Santos, que foi a mais votada daqui de Porto Alegre, parabenizar mais uma vez a Ver.^a Karen Santos, e quero reforçar, aqui a nossa preocupação...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Karen Santos)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Boa tarde a todos. Estatisticamente, todas as vezes em que eu venho falar, a Ver.^a Karen me aparteia, penso que ela tem um carinho muito grande por mim, e é recíproco.

Vamos lá, eu quero só trazer para vocês a informação de que nós protocolamos um projeto aqui, a nossa ideia é que 20% dos postos de trabalho para vigilantes sejam do sexo feminino. Porque nós temos um mercado de trabalho, na área de segurança, que é dominado pelos homens. E, por muitas vezes, as mulheres são preteridas para essa função tão importante. Esse é um pleito do pessoal do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul. Então, apresentamos o projeto a esta Casa e está tramitando, definindo que 20% das vagas nos postos de trabalho em segurança sejam para mulheres. O trabalho é uma coisa muito importante e o trabalho dignifica a pessoa. Quem tem trabalho, consegue ter uma vida mais digna, uma vida melhor, consegue trazer um conforto para a sua família, estabilidade emocional, financeira, em todos os sentidos. Então, parabéns às mulheres, o dia 8 foi um dia muito importante, acabei não me manifestando para dar espaço aos vereadores suplentes que foram prestigiados durante essa semana. Há uma vereadora que é a nossa segunda suplente, eu ia oportunizar para ela, mas eu não consegui construir isso com o meu primeiro suplente. O fato de ser suplente tem um lado positivo e um lado negativo, quero pegar uma carona aí nessa investida, nessa... (Problemas na conexão.)

Eu não sei, há várias teorias, e uma delas é de que essa fatalidade, essa morte, esse assassinato, esse fato tão triste possa, sim, ter sido motivado por um suplente que queria pegar o lugar dela. Isso pode ter acontecido. A gente não sabe o que as pessoas são capazes de fazer pelo poder. As pessoas, pelo poder, fazem qualquer coisa... (Problemas na conexão.) ...Eu ando armado, eu ando de colete porque eu sei o ... Problemas na conexão.) ...que eu lido. Se forem se meter comigo, vão se azarar, porque eu estou sempre bem. Então, sobre a questão da Ver.^a Marielle, no meu entendimento pessoal, estou aqui emitindo uma opinião pessoal, não quero ser processado, não quero sofrer processo de ética, no meu entendimento, uma das diversas suposições e das linhas de investigação pode ter sido um suplente que queria o lugar dela e fez parecer que era um inimigo. Isso é uma teoria. (Problemas na conexão.)

Eu acho importante a fala das gurias, aqui, que trouxeram essa posição ideológica. Há poucos dias o Ver. Leonel Radde liderou, junto com o pessoal da esquerda aí, para colocar uma frente “x”. Até o Ver. Cassiá Carpes falou: “Bah, será que vamos colocar ou não?” E nós somos favoráveis a qualquer vereador criar a frente que quiser, estamos numa democracia, nós queremos o debate. O estado democrático de direito permite isso. Mas a pessoa tem que saber fazer a sua colocação e ouvir a réplica, a tréplica e assim por diante. Mas uma coisa que me causa preocupação, Presidente Márcio Bins Ely, sei que as questões de Covid estão predominando nas nossas pautas, nas nossas reuniões, mas é a questão da reforma previdenciária. Eu disse que eu mesmo tive, por mais de dez anos, preterida a minha aposentadoria como policial; e nesses dias foi aprovada aí a reforma da previdência dos militares. Então, já houve a reforma da União, dos Estados, aos militares, em várias capitais, e é um tema que nós vamos ter que enfrentar aqui na nossa Capital. Então, no nosso entendimento Porto Alegre não pode parar. Nós vamos enfrentar a Covid? Vamos! Mas nós não podemos preterir as outras questões. Uma questão muito importante a ser enfrentada é a da reforma da previdência.

Em tempo ainda, Presidente, quero aproveitar, hoje, pela parte da manhã, eu participei de uma agenda importante que tratava sobre a questão da Cientec, e até tive acesso a alguns dados que eu não sabia. Então, eu queria propor aqui, Presidente, se for possível, que possamos marcar uma visita, dos vereadores, em pequenos grupos, à Cientec para conhecer as instalações lá, quero me aprofundar mais sobre o tema, sobre essa importante questão aí; quero ouvir os dois lados. *O.k.*? Obrigado, Presidente Márcio, um abraço a todos. Porto Alegre não pode parar. Brasil acima de tudo; Deus acima de todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Bobadra. Apenas para sugerir ao Ver. Bobadra fazer, talvez, uma visita em nome da comissão, ir lá na Cientec. A Mesa já esteve lá visitando. De repente, seria oportuno. Fica aí a sugestão.

A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde colegas; boa tarde, Presidente. Eu queria saudar aqui os meus companheiros de bancada, Marcelo Sgarbossa, Maristela Maffei, Cris Medeiros, que assumem nesta semana aqui comigo a intervenção do Partidos dos Trabalhadores nesta Casa Legislativa. É uma semana muito simbólica para nós, porque é uma semana de luta pelos direitos das mulheres e que, conjuntamente, reafirma o nosso compromisso com a luta pela igualdade, pela nossa representação, pela nossa agenda de defesa das nossas vidas e dos nossos direitos.

Quero aqui também aproveitar, antes de entrar mais no objeto da minha fala, para restabelecer algumas questões. Foi falado aqui sobre a questão do *kit* Covid e da decisão judicial. É importante frisar para quem nos acompanha em casa, para quem nos acompanha pela TVCâmara, que os médicos que estiverem cumprindo horário em serviço público municipal também devem cumprir, portanto não podem prescrever os medicamentos do *kit* Covid, sob pena de estarem prevaricando frente a decisão judicial, assim como o prefeito, a partir de que esses não sejam fiscalizados, também estaria sendo negligente, caso isso ocorra. Então, não é exatamente assim como colocou a vereadora que me antecedeu na tribuna falou sobre o tema.

Eu vim aqui falar, na verdade, sobre uma questão extremamente central que é processo de crise democrática que vivemos profundamente, há alguns anos, aqui no País e que resulta numa brutal crise econômica e que ainda é somada a uma brutal crise sanitária que vivemos. Nós tivemos, nesta semana, uma decisão, na segunda-feira, muito importante, que foi a anulação das condenações do nosso ex-Presidente Lula. E na próxima segunda-feira, dia 14, a bela fala que a Ver.^a Karen Santos fez, ao representar a oposição aqui, também temos a data de morte, está completando três anos do assassinato de Marielle Franco - para nós, do Partido dos Trabalhadores, um símbolo da corrosão democrática e da ampliação da violência na arena política que atravessamos ao longo dos últimos anos no País. Uma violência que foi contra a primeira mulher a

presidir este País e que, de forma abjeta, sofreu um *impeachment*, impedida de continuar o seu governo e que, de forma brutal, assassinou uma vereadora, uma mulher negra, periférica, na cidade do Rio de Janeiro. Marielle representava os reacionários, a milícia, aqueles que não a suportavam, a luta das mulheres negras, da população LGBTI, das pessoas, dos trabalhadores da periferia do nosso País. E nós chegamos a um ponto derradeiro dessa brutal crise que vivemos,... (Problemas na conexão.) ...e nós não termos uma resposta sobre quem mandou matar Marielle, para nós é muito caro, especialmente porque para nós segue vivo o seu legado, assim como estamos apresentando aqui na Casa, nesta semana, diversos projetos, reproduzimos diversos projetos que a Ver.^a Marielle apresentou no Rio de Janeiro. Também para nós segue vivo o seu legado da luta pela resistência, pela democracia, por tantos que sonham com cidades mais justas, com um país mais justo e que mantém viva, como semente, a sua trajetória e a sua luta, que é igual a de tantos nós, que estamos, e até os que vieram antes de nós. Temos certeza de que essa resiliência também é fruto daquilo que faz nós termos, aqui em Porto Alegre, pela primeira vez, uma bancada negra eleita. Então, eu gostaria também de frisar especialmente esse processo de resistência que vivemos intensamente.

Sobre o ex-Presidente Lula, preciso aqui colocar a celebração da anulação das condenações do nosso ex-Presidente. Condenações que foram ilegais, sem provas; a sua retirada absurda do processo eleitoral, em 2018. Agora fica escancarado a todo o Brasil o que significa uma militância judicial. Agora Lula está elegível, seguirá trabalhando pelo povo brasileiro, como fez ao longo de toda a sua vida. Mas nós não descansaremos, porque justiça precisará ser feita e Moro precisará ser declarado suspeito, responsabilizado pela desumanidade na condução desses processos que levaram inclusive à morte da D. Marisa, que levaram a brutais cenas de dor e sofrimento para uma pessoa que passou tanto tempo presa neste País. Um juiz que conduziu de forma coercitiva o ex-Presidente Lula, que grampeou ilegalmente os telefones dos seus advogados... (Problemas na conexão.) ...seus áudios, enfim. A nossa luta é por justiça, por Lula, pela suspeição de Moro, por respostas em relação à Marielle, são lutas pela democracia, pela reconstituição do estado democrático brasileiro. Nós precisamos resgatar a participação e a representatividade, e é em torno dessas bandeiras e dessas lutas que travamos também aqui a nossa presença no dia de hoje, a nossa atuação enquanto sociedade e também no ambiente institucional para o bem da reconstituição do novo ciclo democrático para o nosso País. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Confesso aqui que quero tratar de dois temas. O primeiro é a homenagem à Marielle e a importância dos projetos que a Karen se referiu, e agora a

vereadora Laura também referendou. Neste caso, eu nem me incomodo com as falas do Bobadra – Pedro Ruas, estou te vendo aqui... O Bobadra, eu não sei como ele entrou na polícia, porque imaginem o Bobadra de investigador! Mas eu não me incomodo, a tese dele é estapafúrdia: “Quem sabe foi o suplente da Marielle”. Imagina só, eu não vou levar a sério este caso, obviamente. E o Bobadra, que está ali com o pôster do Bolsonaro atrás dele, ele nem é muito Bolsonaro, mas tem os votos da extrema-direita. Mas o Bobadra, neste caso... Não entra nesse jogo de brincar com coisa séria, eu sei que tu tens que estar te dedicando seriamente a manter o mandato porque o Ministério Público disse que tinha que ser cassado - por sinal, eu acho que é vaga do PSOL essa -, mas digo isso só porque eu acho que não dá para brincar com coisa séria, só isso, e a fala Bobadra foi uma brincadeira. Fora a bobagem do Bobadra, um assunto sério que eu quero mencionar...

(Aparte antirregimental do Ver. Alexandre Bobadra.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O Bobadra não conseguiu ficar quieto. Falou o que quis, ouviu o que não quis e agora não consegue ficar quieto. Mas, Bobadra, não se deve brincar com coisa séria, só isso. Sobre o problema da saúde que nós temos em Porto Alegre, eu quero voltar a um assunto importante: nós tivemos uma decisão judicial novamente que manteve a proibição da cloroquina, do *kit* Covid-19 do governo do Melo, e isso é muito importante. Nós tivemos a suspensão da distribuição do medicamento, foi uma ação do PSOL, foi uma decisão em primeira instância, a Prefeitura recorreu, e foi muito grave que a Prefeitura tenha recorrido tentando manter uma política negacionista, uma política absurda, uma política anticientífica. Ela recorreu respondendo à lógica da base de extrema-direita que está sustentando o governo Melo, que se expressa inclusive na vice-líder da Câmara, que é a Comandante Nádia, que insiste em defender a cloroquina, e nós tivemos mais uma vez, quero alertar os vereadores para que a gente pare de falar coisas que não têm correspondência com a ciência. Basta de a Câmara atuar de modo irresponsável! Qualquer discurso vale aqui! Uma decisão do Tribunal de Justiça novamente nos deu ganho de causa. Portanto, vamos parar com isso, vamos parar de cuidar seriamente da cidade, não propagando *fake news*, não defendendo negacionismo, não fazendo brincadeira com uma vereadora que foi assassinada no Rio de Janeiro pela milícia que sustenta o Bolsonaro. Nós temos vereador aqui que tem orgulho de ser bolsonarista!

(Aparte antirregimental do Ver. Alexandre Bobadra.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós temos vereadores que são defensores de fascistas entre nós, e nós temos que derrotar essa gente, é isso que nós temos que fazer para realmente ter democracia no Brasil. Nós vamos derrotar essa gente! A decisão do Tribunal de Justiça colocou em pé a defesa da ciência. Não é de esquerda, porque a medicina não tem ideologia, pode ser médico e pode ser de extrema-

direita, mas ele não pode ser anticientífico, ele não pode negar a ciência, ele não pode negar a investigação.

(Aparte antirregimental do Ver. Alexandre Bobadra.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E peço, Presidente Márcio, que o senhor imponha respeito na Casa e impeça esse vereador de ficar interrompendo os vereadores quando estão com a palavra.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador está em período de liderança, e a liderança pressupõe que não haja apartes, a liderança não pode ser interrompida. Peço a compreensão. Mais uma vez está garantido o tempo do vereador Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria ver ele interromper deste jeito no plenário. Pena que nós não temos plenário.

(Aparte antirregimental do Ver. Alexandre Bobadra.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não são permitidos apartes em tempo de liderança e peço a compreensão do vereador Bobadra. Obrigado.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, não vai se repetir e peço desculpas. O vereador Robaina no EAD é um leão, presencialmente é um gatinho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Robaina está em tempo de liderança e ainda tem dois minutos para se manifestar. Está garantido o seu tempo

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio, estou tratando de assuntos sérios. O maior desafio que está posto, eu sei que o senhor como Presidente tem essa preocupação, é a Câmara apoiar e desenvolver políticas públicas. Eu tenho, por exemplo, no dia de hoje, Presidente Márcio, um projeto, Ver.^a Cláudia - eu sei que V. Exa. também é preocupada com saúde e também tem um projeto bom para os trabalhadores da saúde -, que garante um abono para os trabalhadores da saúde. Os trabalhadores da saúde não querem palmas somente, eles não querem só estátuas, e a gente chegou a debater na Câmara a ideia de estátua para os servidores da saúde. Não é isso que eles precisam, não é isso que eles desejam, mas eles precisam de incentivo, a Câmara precisa mostrar que está disposta a fazer sacrifícios e apoiar. O próprio Vereador Márcio, hoje pela manhã, na reunião de lideranças disse que a Câmara tinha disponibilizado ao Executivo R\$ 8 milhões para ajudar no combate à pandemia. Eu acho que seria muito útil que a Câmara indicasse que

este recurso seja para garantir, por exemplo, um abono salarial para os servidores que estão na linha de frente. A Câmara tem que pensar projetos neste sentido. No caso deste projeto específico que apresentei e que vai à votação no dia de hoje é um projeto que exige poucos recursos, porque é um abono de um salário por um mês. Excepcionalmente por um mês. Mas necessitamos de políticas públicas, pensar políticas públicas, pensar as receitas e pensar as despesas da cidade, tendo a saúde como prioridade. Inclusive um dos temas que está posto, e nós perdemos nesta questão, mas nós vamos insistir, inclusive, para que haja os recursos das emendas parlamentares também para a questão da vacina, e finalmente que o prefeito Melo ao invés de ficar recorrendo em relação ao *kit* Covid, faça de verdade um esforço para garantir já e imediatamente a vacina para que a gente possa começar a normalizar a cidade. Por exemplo, as escolas precisam funcionar, mas para que as escolas possam funcionar há que ter vacinas, os professores têm que ser vacinados. As crianças necessitam voltar para as escolas, então a questão da vacina é urgente. Então nós precisamos parar de fazer debates falsos, parar de discutir ideologia na medicina, parar de fazer discussões e discurso em vão e nos concentrarmos no combate à pandemia. E a concentração no combate à pandemia diz respeito a duas coisas: valorizar os servidores que estão na ponta, por um lado, e, por outro lado, apoiar o governo Melo sempre que o governo Melo fizer uma política clara para que nós tenhamos vacina. Infelizmente não é o que tem ocorrido ainda, estamos ainda muito polarizados, a tal ponto de que a Prefeitura perdeu tempo recorrendo a uma ação judicial. E ganhamos novamente. Por quê? Porque não é correto fazer propaganda de que se pode combater esse vírus com tratamento preventivo, com cloroquina ou com bruxaria, o que quer que seja, tem que ser com ciência e com investimento público. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, Vossa Excelência falou, com razão, que o tempo de liderança não permite apartes, e pediu a compreensão, o que parece que não ocorre. Não é apenas a questão do aparte no tempo que toma do orador, mas porque atrapalha o raciocínio de quem está falando, e o vereador Robaina teve agora diversas vezes interrompido o seu raciocínio com intervenções antirregimentais do vereador Bobadra. Diversas vezes. Nestes casos, me parece correto que a Diretoria Legislativa não permita a abertura dos microfones, apenas para quem está falando. Isso é uma sessão virtual, é mais fácil de controlar esse aspecto do que na sessão presencial, basta que não se abra o microfone.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Acredito que a Diretoria Legislativa possa nos auxiliar neste sentido. Agradeço.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): (Problemas na conexão.) ...É um desrespeito, é como caçar a palavra de um vereador que está na tribuna. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, primeiro gostaria de dar as boas-vindas ao Vereador Moisés que está retornando à Casa, depois de longos dias de uma doença que, infelizmente, está assolando a todos de forma disseminada. Nunca tivemos, na pandemia, desde lá de março, desde que se iniciou, tão forte como essa nova cepa que está atingindo hoje, inclusive os nossos jovens, pois antes, no início da pandemia eram mais pessoas idosas e pessoas com comorbidades, mas hoje está atingindo também as pessoas mais jovens que estão todos os dias indo a óbito. Eu quero falar sobre essa pauta porque eu acho que essa é a pauta mais importante do momento que são as ocupações de leito que todos nós sabemos que colapsaram. Estamos hoje com 110% de ocupação dos leitos. Sei que o trabalho que vem sendo feito pela Secretaria Municipal de Saúde é ímpar, eles estão trabalhando direto. O Prefeito, não tenho nem o que dizer com relação ao prefeito, que está praticamente dormindo dentro da Prefeitura em função disso e trabalhando para isso, mas eu quero trazer alguns pontos que me preocupam muito. Nós ampliamos mais de mil leitos, ou em torno de mil leitos de UTI para Covid-19, e nós precisamos muito mais do que isso. Então isso me leva a crer que é paliativo, que tudo isso que a gente está fazendo, que a Secretaria está fazendo, toda essa correria, é paliativo, porque essa nova cepa disseminou, ela é muito mais letal, as pessoas estão chegando nos hospitais e nas emergências muito mal, com muita falta de ar, e infelizmente nós não temos respiradores suficientes. Nesta semana a Secretaria conseguiu mais 25 respiradores de alta performance, como chamam. Mas 25... O meu marido esteve internado esta semana, e só onde ele estava, no andar que ele estava, tinham 22 pessoas aguardando leitos de UTI e respiradores de alta performance, ou seja 25 respiradores infelizmente não fazem cócegas. Eu sei que o intuito é buscar e agregar cada vez mais leitos e ampliar, tanto que está se tentando o Sanatório Partenon, o Parque Belém, o Álvaro Alvim e tantos outros hospitais, mas são ações paliativas, porque, infelizmente, se nós não conseguirmos suspender, diminuir as aglomerações... porque elas continuam, infelizmente elas continuam, seja nas praças, nos parques, nas festas informais, seja onde for. Eu quero dizer que, no ano passado, porque nós estamos há mais de um ano com a Pandemia, nós tivemos uma gestão que, infelizmente, errou muito. Errou quando fechou por sete meses o nosso comércio, acabando com a nossa economia, porque sete meses para um CNPJ é muito tempo, e, naquela época, nós não tínhamos os leitos de UTI saturados como nós temos hoje; não tínhamos esse colapso da saúde, como temos hoje. Nós tínhamos verba e essas verbas não foram utilizadas como deveriam ter sido, na compra de respiradores, na ampliação de leitos. Lá atrás, no ano passado, é que nós deveríamos ter feito isso: essas ampliações, essas melhorias, mas não foi feito. Hoje, o prefeito Melo corre atrás para tentar fazer o que não foi feito no ano passado. Eu acho que não é o comércio que faz essa disseminação, eu acho que os empresários, os microempresários não são quem transmite o vírus. Eu fui uma das grandes defensoras das escolas infantis quando ninguém defendia, e me chamaram de

genocida, que eu queria matar as crianças. Eu defendia a abertura das escolas infantis, porque os pais precisavam trabalhar, e essas crianças, até seis anos, elas não eram vetores do vírus. Hoje, as coisas mudaram, o comércio está fechado, tem tele-entrega, tem algumas coisas, mas os supermercados continuam abertos, as pessoas continuam entrando sem determinação de quantidade. Tu vais hoje no supermercado, entra quem quer, só tem que estar de máscara, e é uma aglomeração, porque não tem abertura com ar-condicionado. E as escolas infantis seguem fechadas e têm todos os protocolos. Eu queria trazer um exemplo que nós tivemos, que a nós ouvimos na mídia, que é a cidade de Araraquara, que fechou por 15 dias, fez *lockdown*, e reduziu mais de 30% a ocupação dos leitos de UTI. Eu nunca fui favorável ao fechamento do comércio, porque sei que as pessoas precisam trabalhar. Eu sei que aquilo que a gente fala, que o padeiro precisa fazer o pão e que tudo o mais é importante, porque é o dia a dia de cada uma dessas pessoas, mas eu sei também que perdi muitos amigos, muitos conhecidos, muitas pessoas jovens e idosas, e vamos perder ainda muitas pessoas, se nada mudar, se nada for feito. Está sendo feito, mas o que está sendo feito, infelizmente, com essa disseminação, é paliativo; minimiza, mas não resolve o problema. Então eu sou a favor de um *lockdown*, porque acho que o comércio não vai quebrar em 10 dias, mas muitas vidas se perderão se não fizermos alguma coisa mais radical.

Eu queria falar também com relação às medicações. Todo mundo fala, e eu nunca me manifestei muito com relação às medicações, mas eu vou dizer que tive Covid, estou no vigésimo nono dia, já curada, graças a Deus, mas passei por um momento muito difícil, é uma doença muito cruel, meu marido ainda tem febre, ainda está convalescendo. E eu vou dizer a vocês que tomei ivermectina, eu tomei a cloroquina. Para concluir, eu quero dizer que tomei a medicação, se foi a medicação que me curou, não sei, estou curada. E eu acho que médico estuda muito tempo para poder passar uma receita médica. Ele tem um compromisso e um juramento quando ele faz isso. Acho que não pode a justiça determinar quem pode e quem não pode tomar. Quem é pobre, precisa ter isso disponibilizado, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde Presidente, boa tarde colegas, na liderança do PCdoB, saúdo as vereadoras empossadas, Maristela Maffei, Cris Medeiros, mulheres de luta, que nós nos encontramos nas batalhas e nas trincheiras que nos colocam ao lado do nosso povo, nas comunidades. Também quero saudar o Ver. Moisés Barboza, que chega a esta Casa com muita propriedade e conhecimento de vereador.

Queria falar sobre algo, que fui cepada aqui. Enquanto liderança do PCdoB, eu queria dizer, Ver.^a Fernanda Barth, que não estamos do mesmo lado, que nós não defendemos a mesma parcela da sociedade. Quando eu falo que as nossas crianças

ocupam as sinaleiras, é porque as nossas crianças foram abandonadas pelo poder municipal. Foram abandonadas porque não mantiveram os vínculos em todo ano passado, e que poderiam ser mantidos os vínculos, mesmo neste ano. As cestas básicas, as merendas continuam estocadas dentro da escola. E se tem uma coisa que joga as nossas crianças e os trabalhadores e trabalhadoras para a rua, é a ausência de combate ao Covid. Não adianta sair correndo atrás de leito, porque só vai aumentar a demanda. Enquanto nós não tivermos um plano que dialogue com a necessidade de nós pensarmos o auxílio emergencial e pleitear, trabalhar para que ele se efetive na cidade, sem um plano municipal de vacina e sem a nossa rede de assistência social voltada para trabalhar esse tema, tudo isso será paliativo se nós não construirmos alternativas ao povo de Porto Alegre. Nós sabemos que o descaso que ocupa as nossas ruas tem nome e que está muito representado, inclusive nesta Casa. Os negacionistas aqui são maioria, mas não nos calarão. Não nos calarão, porque tem muitas vozes aqui que dialogam com o cotidiano das nossas comunidades. Nós defendemos a vida, Ver.^a Maristela, acima da economia, porque não existe economia sem vida. Os trabalhadores que estão na linha de frente dos postos de saúde, das UPAs e dos hospitais não aguentam mais. Até quando nós vamos continuar segurando com essas medidas paliativas de aumento de leitos, sem ter uma política efetiva de combate ao coronavírus? Nós sabemos que se nós não tivermos uma política efetiva agora, Ver.^a Cláudia, nós vamos chegar ao meio do ano neste caos, e nós vamos empilhar mortos, nós vamos empilhar mortos nas nossas comunidades. Por isso que eu falo, Ver.^a Fernanda Barth, que é o povo das nossas comunidades que está morrendo. E quando a gente fala aqui em nome da economia e fala dos trabalhadores, dos empresários, nós não criamos nenhuma política real que dialogue coma economia da cidade. A gente já vem falando que o comércio precisa ficar aberto, mas qual a alternativa? Os Estados Unidos lançaram um plano emergencial que dialoga com a liberação de recursos para combater a pandemia e para segurar os pequenos empresários. Qual a política que Porto Alegre defende para combater o caos que vive a nossa economia? Até hoje não vi nenhuma, e infelizmente essa política de fingir que as coisas não acontecem está muito bem representada nesta Casa quando se coloca a alternativa de a Casa voltar a votar os projetos normais e “que se deixe o Covid de lado”. Vamos votar quando tiver alguma coisa importante, porque aí a Casa volta ao normal. O povo de Porto Alegre nos elegeu como guardiões, somos 36 guardiões da cidade que deveriam estar à disposição do Executivo e à disposição da nossa Porto Alegre, para que a cidade não entrasse nesse colapso e não entrasse nesse caos. Enquanto as medidas forem paliativas e dialogarem de forma isolada, nós não teremos êxito, porque essas medidas paliativas estão chegando no teto, estão chegando ao limite. E aí a gente precisa, é emergente, um plano municipal de vacina; é emergente uma política econômica que salve as pessoas. A fome, ela tem sido a nossa companheira, nossa companheira todos os dias, Cris, quando a gente anda nas nossas comunidades. É inadmissível que esta Casa finja que não vê. E nós aqui podemos apresentar todos os projetos possíveis, nós seremos derrotados, porque a maioria é negacionista, a maioria é bolsonarista e a maioria não quer estar ao lado do povo, quando o povo mais precisa. É a verdades, infelizmente, precisa ser dito. Eu queria dizer ao Ver. Bobadra, com todo

respeito, se tu tens alguma informação privilegiada, eu acho que tu deverias procurar a polícia. Ficar ventilando aqui suposições é muito perigoso, vereador. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder. Bem-vindo, vereador, com saúde plena.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos. Na verdade, eu queria agradecer de todo coração as manifestações dos colegas que, individualmente, enviaram alguma mensagem para a minha esposa, nesses dias, para mim; agradeço a minha bancada, meus colegas vereadores tucanos, do PSDB, que mesmo sabendo que eu utilizaria este tempo de liderança não para falar de projetos, enfim, mas para fazer esse agradecimento aos que acompanharam o que eu passei. Eu sei que a Casa é democrática, ela abre as suas discussões. Hoje pela manhã, eu participei... (Problema na conexão.) ...Acredito que o debate, ele fica acalorado, eu sei que as pessoas, todos nós participamos de um meio onde a gente tem posturas partidárias governamentais. As minhas considerações de agradecimento, elas não podem passar sem eu jogar limpo com os meus colegas. Jogar limpo com meus colegas é dizer que o que acontece dentro dos hospitais, o que acontece dentro da UTI, graças a Deus, as pessoas não sabem. Quem não esteve dentro ou trabalhe...

Eu sei que o intuito é de buscar e agregar cada vez mais leitos e ampliar. Tanto que está se tentando o Sanatório Partenon, o Parque Belém, o Álvaro Alvim e tantos outros, mas que são paliativos, que, infelizmente, se nós não conseguirmos suspender, diminuir as aglomerações, porque elas continuam, infelizmente, elas continuam. Seja nas praças, seja nos parques, seja nas festas informais, seja onde for. Eu quero dizer que, no ano passado, porque nós estamos há mais de um ano com a Pandemia, nós tivemos uma gestão que, infelizmente, errou muito. Erro quando fechou por 7 meses o nosso comércio, acabando com a nossa economia, porque 7 meses para um CNPJ é muito tempo. E, naquela época, nós não tínhamos os leitos de UTI saturados como nós temos hoje; não tínhamos esse colapso da Saúde, como temos hoje. Nós tínhamos verga e essas verbas não foram utilizadas como deveriam ter sido, na compra de respiradores, na ampliação de leitos. Porque, lá atrás, no ano passado, é que nós deveríamos ter feito isso: essas ampliações se essas melhorias. E não foi feito. Hoje, o Prefeito Melo, corre atrás para tentar fazer o que não foi feito no ano passado. E eu acho que não é o comércio que faz essa disseminação, eu acho que todos os protocolos que os empresários, os microempresários, os pequenos empresários, não são quem transmite o vírus. Mas eu fui uma das grandes defensoras das escolas infantis, quando ninguém defendia, me chamaram de genocida, porque eu queria matar as crianças. Eu defendia a abertura das escolas infantis, porque os pais precisavam trabalhar, e essas crianças, até seis anos, elas não eram vetores do vírus. Hoje, as coisas mudaram, o comércio está fechado, tem telentrega, têm algumas coisas, mas os supermercados continuam abertos, as pessoas continuam entrando sem determinação de quantidade. Tu vais hoje no

supermercado, entra quem quer, só tem que estar de máscara, e é uma aglomeração, porque não tem abertura, com ar condicionado. E as escolas infantis seguem fechadas, que têm todos os protocolos. Eu queria trazer um exemplo que nós tivemos, que a gente ouviu na mídia, que é a cidade de Araraquara, que fechou por 15 dias, fez *lockdown*, e reduziu mais de 30% a ocupação dos leitos de UTI. Eu nunca fui favorável ao fechamento do comércio, porque sei que as pessoas precisam trabalhar. Eu sei que aquilo que a gente fala que o padeiro precisa fazer o pão, e que tudo o mais é importante, porque é o dia a dia de cada uma dessas pessoas. Mas eu sei também que eu perdi muitos amigos, muitos conhecidos, muitas pessoas jovens e idosas e a gente ainda vai perder muitas pessoas, muitas pessoas se nada mudar, se nada for feito. Porque está sendo feito, mas o que está sendo feito, infelizmente, com essa disseminação, é paliativo, minimiza, mas não resolve o problema. Então eu sou a favor de um *lockdown*, porque acho que o comércio não vai quebrar em 10 dias, mas muitas vidas se perderam se não fizermos alguma coisa mais radical. Eu queria falar também com relação às medicações. Todo mundo fala, e eu nunca me manifestei muito com relação às medicações, mas eu vou dizer que tive Covid, estou no 29º dia, já curada, graças a Deus, mas passei por um momento muito difícil, é uma doença muito cruel, meu marido ainda tem febre, ainda está passando, ainda convalescendo. E eu vou dizer a vocês que tomei, tomei ivermectina, eu tomei a cloroquina. Para concluir, eu quero dizer que tomei a medicação, se foi a medicação que me curou, não sei, estou curada. E eu acho que médico estuda muito tempo para poder passar uma receita médica. Ele tem um compromisso e um juramento quando ele faz isso. Acho que não pode a Justiça determinar quem pode e quem não pode tomar. Quem é pobre, precisa ter isso disponibilizado, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde Presidente, boa tarde colegas, na liderança do PCdoB, saúdo as vereadoras empossadas, Maristela Maffei, Cris Medeiros, mulheres de luta, que nós nos encontramos nas batalhas e nas trincheiras que nos colocam, ao lado do nosso povo, nas comunidades. Também quero saudar o Ver. Moisés Barbosa, que chega a esta Casa com muita propriedade e conhecimento, ex-vereador. E queria falar sobre algo, que fui cepada aqui. Enquanto liderança do PCdoB, eu queria dizer, Ver.^a Fernanda Barth, que não estamos do mesmo lado, que nós não defendemos a mesma parcela da sociedade. Quando eu falo que as nossas crianças ocupam as sinaleiras, é porque as nossas crianças foram abandonadas pelo Poder Municipal. Foram abandonadas porque não mantiveram os vínculos em todo ano passado, e que poderiam ser mantidos os vínculos, mesmo neste ano. As cestas básicas, as merendas, continuam estocadas dentro da escola. E se tem uma coisa que joga, as nossas crianças e os trabalhadores e trabalhadoras, para a rua é a ausência de

combate ao Covid. Não adianta sair correndo atrás de leito, porque só vai aumentar a demanda enquanto nós não tivermos um plano que dialogue com a necessidade de nós pensarmos o auxílio emergencial, e pleitear, trabalhar para que ele se efetive na cidade; sem um plano municipal de vacina; e sem a nossa rede de assistência social voltada para trabalhar esse tema. Tudo isso serão paliativos se nós não construirmos alternativas ao povo de Porto Alegre. Nós sabemos que o descaso que ocupa as nossas ruas tem nome e que está muito representado, inclusive, nesta Casa. Os negacionistas aqui são maioria, mas não nos calarão. Não nos calarão, porque tem muitas vozes aqui que dialogam com o cotidiano das nossas comunidades. Nós defendemos a vida, Ver.^a Maristela, acima da economia, porque não existe economia sem vida. Os trabalhadores que estão na linha de frente dos postos de saúde, das UPAs e dos hospitais não aguentam mais. Até quando nós vamos continuar segurando com essas medidas paliativas de aumento de leitos, sem ter uma política efetiva de combate ao Coronavírus. Nós sabemos que se nós não tivermos uma política efetiva agora, Ver.^a Cláudia, nós vamos chegar ao meio do ano neste caos, e nós vamos empilhar mortos, nós vamos empilhar mortos nas nossas comunidades. E por isso que eu falo, Ver.^a Fernanda Barth, que é o povo das nossas comunidades, que está morrendo. E quando a gente fala aqui em nome da economia e que fala dos trabalhadores, dos empresários, nós não criamos nenhuma política real, que dialogue coma economia da cidade. A gente já vem falando que o comércio precisa ficar aberto, mas qual a alternativa? Os Estados Unidos lançaram um plano emergencial que dialoga com a liberação de recursos para combater a Pandemia e para segurar os pequenos empresários. Qual a política que Porto Alegre defende para combater o caos que vive a nossa economia? Até hoje não vi nenhuma e, infelizmente, infelizmente, essa política de fingir que as coisas não acontecem está muito bem representada nesta Casa quando se coloca a alternativa de a Casa voltar a votar os projetos normais, e “que se deixe o Covid de lado, que bote o Covid lá de lado”, vamos votar quando tive alguma coisa importante. Porque aí a Casa volta ao normal. O povo de Porto Alegre nos elegeu como guardiões, somos 36 guardiões da cidade que deveriam estar à disposição do Executivo e à disposição da nossa Porto Alegre, para que a cidade não entrasse nesse colapso e não entrasse nesse caos. Enquanto as medidas forem paliativas, elas dialogarem de forma isolada, nós não teremos êxito, porque essas medidas paliativas estão chegando no teto, estão chegando ao limite. E aí a gente precisa, é emergente, um plano municipal de vacina; é emergente uma política econômica que salve as pessoas. A fome, ela tem sido a nossa companheira, nossa companheira todos os dias, Cris, quando a gente anda nas nossas comunidades. E é inadmissível que esta Casa finja que não vê, finja. E nós aqui podemos apresentar todos os projetos possíveis, nós seremos derrotados, porque a maioria é negacionista, a maioria é bolsonarista e a maioria não quer estar ao lado do povo, quando o povo mais precisa. É as verdades, infelizmente, precisam ser ditas. Eu queria dizer ao Ver. Bobadra, com todo respeito, que se tu tens alguma informação privilegiada, eu acho que tu deverias procurar a polícia. Ficar ventilando aqui suposições é muito perigoso, vereador. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barbosa está com a palavra para fazer uma Comunicação de Líder. Benvindo, vereador, com saúde plena.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos, na verdade, eu queria agradecer de todo coração as manifestações aqui dos colegas; individualmente, enviaram alguma mensagem para a minha esposa, nesses dias, para mim, agradeço a minha bancada, meus colegas vereadores tucanos, do PSDB, que mesmo sabendo que eu utilizaria este Tempo de Liderança, não para falar de projetos, enfim, mas para fazer esse agradecimento aos que acompanharam o que eu passei. Eu sei que a Casa é democrática, ela abre as suas discussões. Hoje pela manhã, eu participei... (Problema na conexão.) ...Acredito que o debate, ele fica acalorado, eu sei que as pessoas, todos nós, participamos de um meio onde a gente tem costuras partidárias governamentais. As minhas considerações de agradecimento, elas não podem passar sem eu jogar limpo com os meus colegas. Jogar limpo com meus colegas é dizer que o que acontece dentro dos hospitais, o que acontece dentro da UTI, graças a Deus, as pessoas não sabem, só quem trabalhe na linha drfrente de batalha. Eu acho que nós temos que fazer um profundo, mas um profundo pensamento de como diminuir a polarização, a partidarização e o uso de qualquer forma de política eleitoral na pandemia. É muito triste ver o rumo disso, nós não somos nada. Eu trocaria o meu mandato pela vida do meu sogro, eu nem sabia que o tinha perdido em quatro dias. A mãe da minha esposa ainda está hospitalizada. Eu agradeço muito o carinho, as orações. E o meu apelo é simples: não vamos partidarizar e transformar a pandemia em algo eleitoral. Por favor! É um pedido de amigo, é um pedido de colega, é um pedido de alguém que questionou inclusive voltar ao seu mandato, porque, às vezes, na política, a gente erra muito. Isso não tem lado, eu vi fotos da aglomeração em frente ao Palácio Piratini; ninguém é obrigado a concordar com o que eu concordo, de o governo Eduardo Leite ter tomado decisões difíceis para ele, mas a aglomeração que eu vi em fotos é irresponsabilidade de pessoas que têm cultura, que têm acesso à informação. Contem comigo, eu sempre tentei ser, como eu sempre disse, como o PSDB é na sua essência: não é a favor do estado mínimo, não é a favor do estado máximo, mas, sim, do estado necessário. Vamos ter coerência e, de todo o coração, muito obrigado a cada um que, sinceramente, orou para que eu pudesse estar aqui. Um grande abraço, obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés Barboza, o vereador chegou a se emocionar na sua manifestação, nossos sentimentos pela passagem do seu sogro. Fica o registro.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente Márcio Bins Ely, demais colegas vereadores, todos nós, por mais que tenhamos divergências ideológicas, partidárias, de posicionamento, nós sempre nos respeitamos. Eu, até o presente momento, tenho respeito pelos 36 vereadores, e sempre tive um bom relacionamento com todos, inclusive com o Ver. Robaina. Então quero dizer para os senhores que me senti decepcionado com a fala do Ver. Robaina, porque eu, em nenhum momento, debochei de algo nesse sentido, da morte da vereadora Marielle, que foi um fato muito triste na história brasileira; eu simplesmente retratei aquilo que foi falado à imprensa na época, que são várias suposições, são várias linhas de investigação. Dificilmente nós vamos saber o que realmente aconteceu, mas o Ver. Robaina fez um ataque muito forte ao Presidente Bolsonaro, dizendo que a vereadora Marielle foi morta pelas milícias do Bolsonaro. Ora! Não se pode fazer isso até comprovar, não foi legal isso.

Também quero falar especialmente com relação ao Ver. Robaina que o PSOL move uma ação contra o PSL, da época das eleições, e, com relação a essas ações judiciais, é natural um partido entrar contra o outro, mas eu achei desleal o Ver. Robaina trazer este assunto para a pauta da nossa Câmara de Vereadores. Ver. Robaina, queria dizer para o senhor que todo mundo merece uma chance; então, levando em consideração o seu histórico de cordialidade, de respeito à minha pessoa e a amizade que eu acho que tenho com o senhor, eu vou desconsiderar a sua fala e a minha, e espero que daqui para diante a gente possa focar em coisas produtivas, de Porto Alegre, do Brasil, e não focar em questões pessoais – eu não vou atacar o senhor, trazendo questões suas, pessoais, aqui.

Quero dizer aos colegas vereadores que me emocionei com a fala do Ver. Moisés, até porque eu e o Ver. Moisés temos a mesma idade e fizemos o mesmo número de votos. Fico muito preocupado com o Ver. Moisés, que sofre uma tragédia familiar, e que sirva de alerta para todos nós: nós não podemos partidarizar a questão da Covid. Se tiver a vacina, vamos tomar a vacina! Se há *kits* preventivos, eu vou tomar! O próprio secretário de saúde Mauro Sparta esteve aqui na Câmara de Vereadores e trouxe a questão do *kit* Covid, ele trouxe o exemplo de como se descobriu a questão do cólera, trouxe uma tese estatística que as pessoas que tomam *kit* Covid tem menos propensão a pegar essa doença, tem a investigação científica e a estatística, ele trouxe argumentos importantes. Nós não podemos criminalizar quem receita ivermectina ou não receita. O próprio prefeito Melo disse que é uma liberdade de cada médico receitar ou não, toma quem quer, com liberdade; assim como a própria vacina. Eu estou com medo dessa doença, eu vou tomar essa vacina, eu tomo *kit* Covid, é algo muito difícil e muito triste para todos nós, e nós não podemos partidarizar, certo? Vamos fazer todos os esforços necessários para a gente combater essa praga do século; a cada 100 anos acontece uma tragédia, e no nosso está sendo a Covid-19. Então vamos ter harmonia, tranquilidade, vamos focar na questão da Covid, principalmente, mas não podemos deixar de trabalhar as outras questões, Porto Alegre não pode parar, por óbvio.

É claro que eu não coloquei o Bolsonaro aqui, coloquei uma foto minha com o Bolsonaro para fazer uma provocação – uma provocação sadia.

A esquerda liberou a suplência para poder assumir e homenagear as mulheres, que são tão importantes, são tão discriminadas no nosso processo eleitoral e na nossa sociedade. Eu mostrei aqui um projeto que garante 20% da segurança privada a mulheres, só que em nenhum momento o PSOL, o PCdoB e o PT falaram sobre esse projeto. Não pode ser bom só aquilo que vem da esquerda! Nós temos que ver os projetos de todos, não pode o PT, o PCdoB e o PSOL serem os donos da verdade, só eles defendem as mulheres, só eles defendem os negros e os pobres, e os outros são bandidos? Não! Não tem lado bom e lado mau. A própria vereadora falou aqui que nós, 36, representamos o povo de Porto Alegre aqui na Câmara de Vereadores; então, por favor, vereadores, Ver. Robaina, vamos olhar para a frente, vamos focar nas questões para melhorar as coisas na nossa cidade, não só no combate à Covid-19, mas em todas as questões da nossa cidade. Obrigado, Presidente Márcio e demais vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente; quero saudar as vereadoras e os vereadores. Olha, gente, eu não posso ficar aqui calado ouvindo alguns dizerem que o povo está do lado deles. Eu gostaria de dizer para esses que estão se queixando que “o povo isso, o povo aquilo” que tem muita gente no povo que não gosta do PT, que não gosta da esquerda, porque prometeu demais, passou 14 anos prometendo. A Ver.^a Maristela – seja bem vinda, vereadora – não é das mais radicais, mas é radical, e tem um detalhe, a senhora não cantava, agora vai cantar, mas que péssima cantoria. Lembro-me de um fato em que a amiga ficou braba comigo: vocês fizeram um movimento de esquerda, uma vez tiraram leite das vacas e botaram tudo fora, a senhora até ficou braba comigo, botaram leite fora... (Problemas na conexão)... a população. Na realidade, quero dizer que todos os nossos partidos – todos! – estão representados nos municípios. Vá para casa, depois, e olhe como está o município do seu partido; como está São Paulo, o maior estado, que tem um PIB maior do que a Argentina: está morrendo mais gente do que todos, e lá parece que está a vacina do Instituto Butantan. Está pegando todo mundo, não tem partido! Está morrendo gente do meu, do de vocês, não tem, tem que se cuidar, não tem outra saída. Agora, se não querem se cuidar, querem andar nas vilas fazendo politicagem com o pessoal, em vez de orientar para se cuidarem, ficar em casa, como vocês tanto falam... Não é bem assim. Eu vou começar a fazer um levantamento agora e vou trazer para vocês – vocês não querem fazer – das prefeituras que pertencem ao PT, ao PP, ao PSDB, ver como está: está morrendo gente, recorde em cima de recorde em todas! Agora, não vejo nenhum governador, nenhum prefeito dizer que faltou dinheiro – muitos até desviaram para outras coisas, vocês sabem. Então vamos com calma que não tem culpados, se tem culpados, são todos, até nós, da Câmara de Vereadores, que muitas vezes devíamos ter votado algumas coisas e não votamos, porque a maioria

entendeu diferente. Então quero dizer para a Maristela, para a Cris, para a Bruna: vamos devagar, vamos devagar, vocês não são mãe nem pai de nenhuma população pobre. Volto a avisar, lá na vila tem muita gente que detesta vocês, vocês prometeram mais de 14 anos, fizeram proselitismo, vocês enganaram muita gente prometendo isso e aquilo. Então vamos com calma.

Nesse aspecto, quero dizer aqui, a Maristela falou, e acho que todos falaram: o Lula não foi absolvido, gente! Não! O Fachin não entrou no mérito, então também não vou entrar, mas absolvido ele não foi. Vai começar todo aquele sangramento de novo, vai sangrar mais uma vez, vai começar todo o processo de novo. Aí tem gente torcendo que passem as eleições para ele ficar elegível. Não adianta! E o Dirceu? Cadê o Dirceu? Não vão anular o do Dirceu também, do Palocci e de todos aqueles? Só o Lulinha? Aí tem gente que diz que a Marisa morreu por isso. Não, ela morreu por outras coisas, decepção, quem sabe, com o Lula, com o partido dela. Vamos parar de botar culpa nos outros, todos nós temos culpa, nossos partidos estão todos distribuídos por aí comandando prefeituras, e tem gente morrendo em todas as prefeituras, em todos os estados. Nós temos é que nos cuidar, apoiar aqui que é para a população se salvar. Agora chega de proselitismo, de mentira, de andar nas vilas – vão se cuidar! – iludindo as pessoas, prometendo mundos e fundos, dizendo que o País vai mudar de uma hora para outra; vocês não mudaram, ao contrário, vocês quase quebraram o País, quase quebraram o Rio Grande do Sul. Não vão me enganar, eu serei uma voz contra vocês, porque vocês enganam a população. Eu não sou fanático, não; não tenho um pai de santo que me agrada. Vocês prometem muita coisa, mas, enquanto eu estiver aqui, vocês não vão mentir para a população do Rio Grande do Sul. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cassiá. A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, obrigada pela palavra, Presidente, gostaria de reforçar aqui na minha fala o motivo pelo qual todos nós estamos aqui, os 36 vereadores. Fomos eleitos para legislar pela nossa cidade, e desde que entramos na bandeira preta, a nossa pauta ficou limitada a politizar a Covid-19. Eu gostaria de reforçar na minha fala, na liderança do partido NOVO, a importância de retomarmos os temas que são prioridades para a nossa cidade – e temos inúmeros, eu poderia listar. Mas somos cientes que a nossa cidade urge por uma série de reformas, uma série de pautas que dependem da Câmara de Vereadores, e nós estaremos sentados em cima, se a gente não começar a tratar de temas que não sejam relacionados à Covid-19. Porque é a visão terraplanista de que a Covid-19 é algo isolado na nossa sociedade, é algo equivocado de se trazer. E falo isso porque esta semana é a semana de pagar os impostos municipais na nossa cidade. Pagamos IPTU, pagamos ISSQN, e esses impostos que nós pagamos, na linha de frente que está lá trabalhando na Covid-19.

Esses impostos também saem do nosso salário, desses impostos saem também do transporte, e inúmeras outras atividades da nossa cidade.

Então, se a minha fala hoje tem a trazer algo para nós, os 36 vereadores, é a importância de a cidade voltar a trabalhar os temas que são importantes e parar de falar sobre a Covid-19 de uma maneira politizada e polarizada, como o nosso colega Ver. Moisés comentou. Então, eu gostaria de reforçar que milhões de reais entram nos cofres hoje de Porto Alegre, vindo do empreendedorismo, de diversos empreendedores, que estão pagando, raspando os cofres, pegando empréstimos, para conseguir arcar com os compromissos com a nossa cidade, e que a nossa cidade tem com os seus funcionários públicos. Então, se nós queremos ter saúde, nós precisamos ter economia. Dinheiro não dá em árvore, e o governo não produz dinheiro. Na verdade, todas as nossas empresas estatais dão prejuízo, é preciso colocar dinheiro da população. De alguma maneira a gente precisa trabalhar para que a cidade volte a prosperar e a conseguir combater a Covid-19 com dinheiro em caixa. Então, sim, precisamos de dinheiro para enfrentar a Covid-19, precisamos de empreendedores produzindo, e gostaria de terminar a minha fala dizendo que precisamos trabalhar nesta Casa pelas prioridades, como a reforma da previdência, como a questão da Procempa e inúmeros outros temas que estamos sentados em cima. E, gostaríamos, Presidente Márcio, que voltassem a ser discutidos nesta Casa, porque para isso fomos eleitos, legislar para Porto Alegre, e não debater a Covid-19, porque nenhum de nós aqui é médico e nenhum de nós aqui é Executivo. Termina esta minha fala e faço essa solicitação ao Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Mari Pimentel. Nós temos uma deliberação com relação à priorização, depois, na reunião de líderes, a senhora pode conversar, que eles vão lhe atualizar.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, cumprimento os colegas vereadores, público que nos assiste, neste dia de quarta-feira, de sessão plenária, em que os 36 vereadores devem estar trabalhando por Porto Alegre. É óbvio que ninguém aqui acha que a Covid-19 é uma pandemia que só faz marolinha. É óbvio que todos nós sabemos as complicações que estão acontecendo, de mortes que nós sentimos, de pessoas que são queridas a nós, são próximos, inclusive de funcionários aqui da Câmara que acabaram contaminados pela Covid-19, esse vírus é muito letal. Mas, retorno a dizer, que todo o trabalho é essencial.

Hoje muitas pessoas foram às ruas, vieram do interior do Estado para fazer a sua manifestação, para pedir uma única coisa que eu nunca tinha visto, em 28 anos de Brigada Militar, sempre atuei na linha de frente, com muitas manifestações, mas esta é a primeira vez que vejo uma manifestação em que as pessoas pedem para trabalhar. Normalmente eram greves, que as pessoas não queriam trabalhar. Mais isso é inusitado.

Eu assinaria embaixo do que a vereadora Mari Pimentel falou, que nós não somos médicos, e por não sermos médicos que não deveríamos entrar entrando com ações judiciais para retirada de remédios dos postos de saúde, não deveríamos estar aqui dizendo que as crianças não podem ir para as escolas, porque temos recebido muitas denúncias de mães, desesperadas, que elas precisam trabalhar e deixam as crianças com cuidadoras, em ambientes minúsculos com 20 a 25 crianças empilhadas. Isso é bem pior. Sabemos que o lugar mais seguro para estarem os nossos filhos é a escola e a creche; que o comércio tem investido em um protocolo necessário, dito pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual da Saúde e até mesmo pela nossa Secretaria Municipal, com o secretário Sparta, que tem sido um excelente secretário, que não transmite o pânico, mas que acalma as pessoas e diz que tudo vai dar certo. Inclusive, na última reunião em que estive com ele, estava fazendo um termo de cooperação com o Estado, para que o Hospital Partenon tivesse vagas também para Porto Alegre. A aquisição de oxigenadores de alto fluxo que evitam que as pessoas fiquem entubadas – mas isso não vale a pena falar, tem vereadores aqui que querem usar a pandemia como palco, como palanque político; e não é isso que nós devemos falar.

Eu quero dizer para a Ver.^a Laura Sito que os médicos estudam seis, oito ou dez anos para prescreverem medicamentos, não é para ser dito o que eles não devem ou não podem prescrever medicamentos A, B ou C, se nossos médicos e enfermeiros estão exaustos, e nós aqui ainda dizendo o que eles podem ou não podem fazer. Me deixa muito absorta saber que exatamente a esquerda que é tão contra a ditadura, está sendo a maior ditadora neste momento, querendo que as pessoas não possam ir e vir, que as pessoas não possam trabalhar e não possam deixar seus filhos nas escolas.

Ver. Robaina, com certeza o senhor é apaixonado por mim, porque todas as vezes o senhor sempre me cita; e sou, com muito orgulho, vice-líder do governo, e vou lhe dizer: sou centro-direita e sempre fui. A Brigada Militar trabalha, e sempre trabalhei com a questão da proteção de todos, independentemente de cor, de raça, de credo. Enfim, ainda bem que não sou terraplanista, que não enxerga ali as coisas que são urgentes para Porto Alegre, só olhando para a sola do meu sapato, só para baixo.

Nós temos sim, Ver.^a Bruna, um projeto de combate à Covid-19, o prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes estão com um plano muito bom. Acontece que tem gente que quer atrapalhar ao invés de ajudar. Nós, vereadores, temos que aqui pensar no todo, parar de falar em picuinhas, e ter algumas palavras de ordem, como fascistas e isso e aquilo. Nós precisamos ter uma Câmara de Vereadores, Presidente Márcio Bins Ely, Mesa Diretora e o líder do governo, Cecchim, uma Câmara que tenha ações afirmativas. Parem de falar o que não é verdade, porque as pessoas, logo ali na frente, vão cobrar. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente; vereadores e vereadoras, assessores que estão nos ajudando a fazer esta sessão. Olha, eu escutei muito durante esta tarde. Eu escutei vereadora dizendo que nós somos contra a população. Quero só lembrar a ela que tem 26 vereadores, ou 24, 25 que pensam de uma maneira, e dez pensando de outra! Só que esses independentes e da base pensam com a sua cabeça, e não são “cabeciados” por nenhum coletivo, entre aspas, ou seja, donos de partidos, coletivos de partidos, que dizem o que os seus militantes têm que dizer. Parecem ventríloquos, porque sempre é a mesma coisa! O vereador do ventríloquo, lá, fala uma coisa, e todos repetem a mesma coisa o dia inteiro.

Nós temos na Prefeitura, graças a Deus, o respeito pela vida, sim, senhores! Não vai ser vocês que vão dizer o que é importante na vida. Eu quero escutar o que o Ver. Moisés disse o que é importante. O Ver. Moisés é testemunho do que fazem esse pessoal dentro dos hospitais para salvarem vidas. Esses salvam vidas! Discursos baratos não salvam vidas! Eles apenas espalham o terror e espalham o não fazer nada, que não queremos trabalhar, que não vamos votar nada, não tome o remédio. São especialistas em entrar na Justiça. Até acho que isso é bom, e respeito quem faz isso, quem é Advogado e faz isso porque entende. Agora, quem não é médico, falar em proibir remédios, isso não. Eu tive pessoas muito próximas a mim que tiveram Covid-19 e que foram receitados a tomar cloroquina, azitromicina, zinco. Enfim, todos esses remédios que o pessoal, principalmente, entra na Justiça para proibirem. E essas pessoas melhoraram com esses remédios.

Então, eu quero dizer que temos que ter respeito pela vida e respeito pelas pessoas. O que está faltando aí é o respeito pelos colegas; não são dez colegas - e eu respeito as suas posições -, que vão dizer o que eu tenho que fazer, ou o que eu tenho que falar, ou o que os meus colegas tenham que falar. Não! Cada um vai falar aquilo que pensa, e que bom que fale o que pensa e não aquilo que são mandados falar. Está na hora de nos concentrarmos no trabalho também. Nem um vereador corre risco por votar matéria que não seja sobre a Covid-19. Aliás, corre risco sim de sair na rua e ser destrutado, porque as pessoas querem trabalhar também. Eu respeito todos os protocolos e estou respeitando a bandeira preta também. Estou respeitando a bandeira preta, porque eu sou assim, eu sou de respeitar, mas tem que olhar aqueles que estão lá fora que não são vereadores, que não têm salário, que não têm de onde tirar o dinheiro, que têm que pagar imposto para pagar inclusive os vereadores. Então, alto lá! Muito respeito, muito respeito! Deixem que eu fale aquilo que eu penso com todo respeito não concordando com vocês. Eu respeito o que vocês falam quando estão respeitosos e vamos continuar nessa linha. Porto Alegre merece uma Câmara de Vereadores que trabalhe e não escolha o que votar. Em época de pandemia, vereador não pode escolher o que quer fazer. Em época de pandemia, vereador tem que trabalhar aquilo que a cidade pede. E a grande maioria votou num projeto claro que pedia respeito a quem trabalha, a quem tem que gerar empregos, respeito a quem combate a Covid. Todos queremos combater a Covid, todos! Mas respeitem aqueles que pensam diferentemente dos dez. Respeitem a quem pensa diferente dos dez. São mais de vinte, vinte e cinco vereadores que pensam diferente dos dez. Então, respeitem a maioria. Quem ganhou a eleição também dizia

claramente essa posição e não comprou cloroquina, não comprou remédio nenhum, apenas deu a liberdade a quem queira ser medicado através de receituário médico. Não é através de discurso que se dá ou que se tira remédio de alguém. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores e vereadoras; a todos que nos assistem pela TVCâmara; todo pessoal da assessoria; eu quero apenas fazer um registro, um esclarecimento. Hoje na Mesa Diretora, não foi tirada a prioridade das votações da Covid, apenas foi acrescentado que possam ser votadas também outras matérias. Eu entendo que nós estamos aqui para trabalhar e, se a gente tiver que votar tudo aquilo que for necessário em nível de Covid, vota-se e depois nós continuamos a votar as outras matérias, mas estamos aqui para trabalhar. É uma questão de nós darmos para a sociedade a resposta daquilo que a sociedade está esperando, que é o trabalho, o empenho, o esforço da Câmara Municipal. Sabemos do momento difícil, todos nós perdemos amigos, perdemos parentes, perdemos pessoas que nós amamos, somos conscientes todos nós da situação que está nos hospitais, mas também sabemos que a economia está gemendo. Há pessoas que estão chegando aí com as suas contas de luz, de água, funcionários para pagar e não estão conseguindo e o dinheiro não vem. E as pessoas precisam trabalhar e a Câmara também; nós ganhamos para isso. Nós fomos eleitos para isso, nós fomos eleitos para trabalhar e para votar a questão da Covid que é prioridade, não foi tirada essa prioridade, mas também para fazer a nossa parte. Então, o discurso de que estão descuidando da vida, é um discurso ideológico, político e que não combina com a nossa responsabilidade com toda a sociedade, que não é somente a questão da Covid que é a mais importante no momento, mas também tem questões muito sérias que a Câmara Municipal não pode abrir mão do seu trabalho e do seu papel. Então, eu queria deixar aqui esse registro. Obrigado a todos, obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Hamilton. Pergunto se temos mais alguma inscrição para falar em liderança, diretor?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Tem a questão de ordem da Ver.^a Maristela Maffei, Sr. Presidente.

VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT): Sr. Presidente, obrigada pela acolhida. Só quero saber, a questão de ordem tem um tempo, mudou alguma coisa?

São duas questões, Presidente. O senhor sabe, os nobres pares sabem, que eu ficarei na Casa por três dias, hoje é a última sessão que eu vou participar, então, fica difícil depois de falar qualquer coisa a não ser falar em liderança com a nossa Ver.^a Laura. Eu queria dialogar rapidamente com o Ver. Mauro Pinheiro, que, na verdade, protocolou um projeto de título honorífico ao Abel Braga, que é o nosso querido colorado, enquanto conselheira, enquanto diretora do relacionamento social que fui, enfim, eu só esperei a cogestão desse projeto, o que foi aceito pelo Abel e pelo Fábio, que é o seu representante legal e agora estou dialogando aqui com o Mauro para que seja ainda no dia de hoje, então, aceita a minha coautoria. A outra questão rapidamente é o seguinte, eu fui citada várias vezes aqui, e parece que o meu entusiasmo de militância, a minha origem... E eu disse antes que partido é parte, eu estive aí três mandatos titulares, dois de suplência e eu não vou poder me defender no sentido de que quando tu pegas uma fala pelo meio e tu queres, entre aspas, avacalhar a tua postura de um segmento que tu fazes parte. Com todo respeito, Cassiá, que admiro tanto no futebol como radialista, não foste justo comigo, porque eu não vou poder estar aí para fazer o debate para recolocar toda a conjuntura daquele momento, mas tudo bem. Tenho respeito e carinho pelo senhor, não vou mais dialogar em relação a isso. Agora, quanto à Ver.^a Comandante Nádia, no dia da posse, ela tripudiou do deputado estadual Edegar Pretto, quando ele foi anunciado, dizendo que ele usa da palavra na Assembleia para avacalhar o seu grande líder. Ora, agora vem falar da minha voz, eu uso meu tempo, eu não fui desrespeitosa, eu coloquei o meu estado emocional de militante, que tem uma idade, que construiu a história de uma parte significativa da sociedade, de um segmento que é socialista, que sou comunista e assumo, tenho a minha espiritualidade, o meu jeito de ser. Não será a senhora que usa o cassetete para calar a voz e o título de comandante, Comandante Nádia, o título de comandante de quem usa saia, mas que tripudia do sofrimento do povo. E para terminar, eu queria dizer o seguinte, Comandante Nádia, a minha voz é a minha expressão, e aí eu quero parabenizar aqui o Ver. Matheus. Ver. Matheus, parabéns pelo seu primeiro dia, no dia em que o senhor entrou aqui, eu me senti privilegiada de ter um vereador como o senhor e todos os nossos companheiros que aí estão. Agora, não venha tripudiar da minha voz! A minha voz é o meu encanto e o meu canto, a senhora me respeite!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Maffei.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Tem uma questão de ordem do Ver. Camozzato.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, eu queria encaminhar rapidamente minha questão de ordem, nós estamos vendo diversas manifestações de vereadores que não tem tempo regimental para falar, que não são questões de ordem. Eu peço a gentileza do Presidente para que possa ter o devido corte de microfone e providências para que a gente não precise ficar perdendo tempo

aqui com manifestação política pessoal e brigas pessoais justamente num momento de sessão que é para encaminharmos as pautas da cidade e as votações. Agradeço.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. Quando a gente está em... (Problemas na conexão.) ...antes de concedermos a questão de ordem, a gente tem chamado os vereadores à Mesa para nos apropriarmos da questão de ordem para que então se manifestem no microfone. Aqui, nós temos uma metodologia um pouco diferente, enfim, mas nós vamos ajustar aí e tenho certeza de que os vereadores também vão contribuir para que as questões de ordem sejam encaminhadas no sentido do esclarecimento da ordem, da cronologia dos trabalhos da sessão sem adentrar em questões de mérito. Agradeço a compreensão de todos e, de imediato, peço que o diretor possa proceder com a chamada para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h18min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apegoo requerimento de autoria da Ver^a Laura Sito, solicitando alteração na ordem de priorização de votação, para que o PLL n° 021/17 seja a terceira matéria a ser apreciado na Ordem do Dia. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0527/13 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 021/13, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que altera o parágrafo único do art. 29 da Lei n° 8.986, de 2 de outubro de 2002 – que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa), dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo exceção à proibição de o funcionário convocado para o regime especial de dedicação exclusiva exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade pública ou privada. **(SEI 203.00026/2020-79)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-03-21 (terça-feira).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL n° 021/13, com Veto Total. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Presidente, eu só quero encaminhar a votação para solicitar que o veto seja mantido. Ele contém vício formal de constitucionalidade, e, inclusive, há interesse do governo municipal para que ele seja mantido.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 021/13, com Veto Total, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadoras, vereadores, o projeto do Ver. Reginaldo Pujol tem mérito, acho que ele não é um projeto perfeito, em alguns aspectos, eu teria restrições, mas não as restrições que foram colocadas pelo Executivo municipal, pelo prefeito Sebastião Melo. Do ponto de vista da existência ou não deste projeto e, sendo ele... (Problemas na conexão.) ...de ser lei, ele é positivo para a cidade, é positivo para os servidores e é, no conjunto, uma boa ideia do Ver. Reginaldo Pujol. Então, eu encaminho pela derrubada do veto do Sr. Prefeito Municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal o PLL n° 021/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** o projeto por 04 votos **SIM** e 31 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 021/13 e mantido o Veto Total.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O próximo projeto a ser analisado é o PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Houve um pedido de esclarecimento na reunião de líderes, e apenas para que todos os vereadores tomem ciência, hoje a Câmara constata sete pessoas, entre servidores e vereadores, que comunicaram ao nosso ambulatório que estão com o coronavírus ativo. Só para que todos tomem ciência, sete pessoas estão com Covid, atualmente, na Câmara Municipal.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Só uma retificação, Presidente, antes de iniciar a discussão do próximo projeto: o Ver. Idenir Checchim manifestou sua intenção em votar “não” no PLL 021/13, com Veto Total.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1049/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/17, de autoria dos Vers. Roberto Robaina e outros, que estabelece sanções aplicáveis à empresa que utilizar trabalho escravo ou infantil no Município de Porto Alegre. (SEI 014.00051/2020-80)

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-03-21 (terça-feira).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Antes de iniciar a discussão, faço uma questão de ordem, Presidente. Peço um esclarecimento à Diretoria Legislativa para saber qual parte do projeto foi vetada.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura do veto.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Por favor, diga qual é o conteúdo, porque o projeto estabelece uma proibição às empresas com qualquer tipo de trabalho escravo ou infantil em Porto Alegre de manterem alvará, ou seja, licença para atuação. Essa informação do diretor legislativo é importante, mas só não deu o conteúdo, a parte que foi vetada: o trabalho escravo, o trabalho infantil ou ambos?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Enquanto o diretor Sandro esclarece a questão de ordem do Ver. Pedro Ruas, que eu acho que é pertinente e oportuna, apenas para constar, ainda, informações sobre a Covid na Câmara. Nós tivemos, dos 19 casos, 13 recuperados e 6 em recuperação. Falei hoje com o diretor Luiz Afonso. Ele já está fora de risco, está com tosse, por isso não retornou ainda, mas ele já cumpriu, digamos assim, o período dos 14 dias. Manda um abraço para todos, em breve estará conosco o diretor Luiz Afonso. Eu sei que esses números, proporcionalmente, não dizem muito, mas, pelo menos, nós estamos, na grande maioria das situações aqui, com o pessoal conseguindo se recuperar da enfermidade.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, já temos condições de fazer a leitura do teor do veto. (Procede à leitura do teor do veto ao PLL nº 192/17.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, diretor legislativo, Dr. Sandro.

Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, o projeto do Ver. Roberto Robaina, ele tem todo o mérito possível num tema como esse. Explico: a questão do trabalho escravo é uma questão mundial. Há uma proibição, há, na verdade, toda uma regulamentação, legislação, regramentos que vêm desde as recomendações da ONU, passando por todos os tribunais internacionais e chegando ao nosso País. No nosso País, também, o trabalho escravo deve ser durante repellido; da mesma maneira, o trabalho infantil. O trabalho infantil é tido como algo, e é verdade, que tira a possibilidade de a criança ter igualdade de oportunidade na vida adulta, além do que lhe retira a infância. Então a criança, ao mesmo tempo em que perde a sua infância, porque trabalha, não estuda e não brinca, é explorada nesse trabalho, ainda tem o seu futuro comprometido na vida adulta, porque não terá as mesmas condições de disputa, por exemplo, de mercado de trabalho, o que inclui não só os empregos normais, do ponto de vista celetista, pela legislação do trabalho, como também, dificilmente, terá condições de disputar um concurso público, de provas e títulos, enfim, por não ter tido a oportunidade

de se preparar com o estudo adequada. Ela perde a infância, repito, porque não brinca, porque não estuda, porque é explorada, e compromete a vida adulta. Tanto o trabalho escravo, quanto o trabalho infantil, são objetos de exploração há séculos, há séculos! E modernamente, mais ainda no período contemporâneo, em todos os países, inclusive no nosso, há, sim, uma repreensão legal forte, e tem que haver, a esse tipo de exploração. O que o projeto do Ver. Roberto Robaina estabelece é um grau de sanção também municipal. Por óbvio, uma empresa, um empreendimento comercial, industrial, ou seja de que natureza for, mesmo da área de profissionais liberais, que pratica esse tipo de ação nefasta, explorando trabalho escravo, explorando trabalho infantil, não pode ter a sua licença concedida pelo Município, mas, se houver o flagrante – e é disso que o projeto trata – de que se esse tipo de exploração estiver ocorrendo, essa licença deve ser cassada, e ela só poderá ser devolvida mediante uma comprovação de inocência por decisão judicial transitada em julgado. Por que foi vetado esse projeto? Foi no sentido de vetar exatamente as punições. Por que o prefeito, o Executivo Municipal, não sei sob qual orientação, tem esse tipo de postura, que, ao não coibir duramente, permite? Quando uma conduta empresarial, que gera lucros, apesar de ser criminosa, não é proibida, ao nível da sanção, ao nível da penalização, ela é, por outro lado, e, ao mesmo tempo, incentivada.

Por isso, e aqui concluo, acho muito importante que nós tenhamos um regramento em termos de legislação nesse sentido, uma lei que proíba e puna esse tipo de conduta, que é exatamente o que propôs o Ver. Roberto Robaina. Portanto, o veto – e não que seja essa a intenção do Executivo, não é isso que estou dizendo –, na prática – é essa atenção que devemos ter –, acaba incentivando, porque não coíbe o trabalho escravo, e incentivando, porque não sanciona, no sentido de penalizar, o trabalho infantil, o que é um absurdo. Então... (Problemas na conexão) ... do veto, já que o projeto é meritório e nós precisamos de uma legislação assim em Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu estava ouvindo aqui a fala do Ver. Pedro Ruas, e me chamou atenção que dá a entender que os vereadores... (Problemas na conexão.) O artigo principal dizia que comprovada a inocência da empresa, volta a ter alvará. Ou seja, a gente condena a empresa antes de ter uma decisão judicial, dizendo que ela foi culpada pela alegação de trabalho escravo e trabalho infantil? Quer dizer que o Município de Porto Alegre vai acabar julgando e desabilitando um alvará antes de qualquer processo legal, da cabeça do gestor, porque tem uma denúncia de alguém, que talvez não goste daquela empresa, já passa a ser proibido... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé está com problemas na conexão e teve seu pronunciamento interrompido. Ele falou por dois minutos, se conseguir retomar, lhe cederemos a palavra para concluir.

A Ver.^a Maristela Maffei está com a palavra para discutir o PLL n° 192/17, com Veto Parcial.

VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT): Presidente, vereadores, vereadoras, eu tive a honra de acompanhar e representar esta Casa no Tribunal Internacional contra o trabalho infantil e o trabalho escravo, e depois também estive em Genebra, como delegada, justamente no encontro em que todos os continentes discutiram esse tema e a gravidade que ele significa. Eu acho, Ver. Jessé, tem uma questão aqui de entendimento, que é fundamental, que na medida em que nós temos legislação no nosso Município, que a legislação permite isso, o próprio Regimento Interno, nós temos o instrumento legal para poder colocar em prática esse projeto que vem do nosso companheiro do PSOL. Isso legitima e também organiza juridicamente o instrumento de lei para que possamos então coibir esse tipo de prática.

Outro detalhe: nós aprovamos este projeto na Câmara, ele vai ser sancionado e regulamentado. Na regulamentação, lá na Prefeitura, vai ter que dizer qual é o órgão, como é que vai ser fiscalizado, quem vai fiscalizar, porque, de fato, qualquer questão deveria ser vista antes de condenar – não é? Nós temos visto abusos neste País, que primeiro condena para depois ver se é ou não. Essa preocupação eu também tenho, mas eu acho que, na medida em que exista a regulamentação na Prefeitura, depois de aprovado, esse problema deixa de existir e aquele instrumento, lá na Prefeitura, é que vai fazer ir para cima, junto com a nossa Brigada Militar, seja Polícia Federal, Polícia Civil, Guarda Municipal seja o que for, esses é que vão, depois, fechar o próprio instrumento, a própria SMIC – agora eu não sei mais qual é o nome da secretaria. Mas é isso, eu queria trabalhar em cima disso.

Como nós vimos, hoje em dia, muitos dos nossos filhos que vão para o Exército não conseguem carregar, em muitas partes do País, nem a sacola, que é atribuída para fazer o seu treinamento, porque na sua infância tiveram destruído o seu organismo, o seu corpo. Não sou médica, mas estudei muito para isso e ouvi muito quem realmente tem esse entendimento, não só personalidades, mas quem têm essa *expertise* na área, também em nível internacional, e isso fez com que a gente aprendesse muito, e na época nós trouxemos de volta toda essa discussão, que muito me honrou representar nesta Casa.

Por isso acho louvável que esta Casa derrube esse veto. Há uma discussão jurídica em torno disso, que é, sim, possível, na medida em que derrubarmos este veto, sensibilizarmos a Procuradoria do Município e o próprio prefeito, que na época estava comigo como vereador – lembro muito bem dessa discussão –, e que a gente possa avançar. É com muita honra que eu trago essas ressalvas, é um tema que eu sempre trabalhei muito em cima dele. Quando a gente vê, por exemplo, o trabalho com a lapidação das pedras, em que as pessoas perdem até mesmo a sua identidade; o trabalho com o fumo – meu pai trabalhou muitos anos na Souza Cruz, não dá para fazer

propaganda, até porque ele nunca fumou cigarro –, que eles colocavam o tempo de aula das escolas justamente no tempo da colheita do fumo, e os filhos acabavam indo para lá, se contaminando, crescendo como crianças totalmente comprometidas na sua saúde.

Então, tem o nosso apoio, vereadores do PSOL, no sentido de que a gente possa, sim, contar a sensibilidade desta Casa. Já teve uma participação nacional e internacional nesse tema, que é comprometida contra essa barbárie, que possamos derrubar nesse momento este veto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jéssé Sangalli finalizará seu pronunciamento, que foi interrompido por problemas na conexão.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Pelo que eu consegui ouvir da leitura da direção legislativa com relação aos artigos que foram vetados, a gente sempre ouve, a gente está numa eterna disputa ideológica de narrativas, quando cada partido tenta demonstrar, através dos seus posicionamentos, tanto pelos votos como por palavras, que são detentores de alguma virtude superior que os autorize a ter maior visibilidade, maior legitimidade perante os eleitores. A gente vê, muitas vezes, projetos que são desnecessários sendo apresentados com a intenção de demonstrar para a população que aqueles representantes são detentores do monopólio da virtude. Eu pergunto para qualquer vereador ou qualquer cidadão: quem de nós aqui é a favor do trabalho escravo, do trabalho infantil, do trabalho análogo à escravidão? Obviamente que nenhum, mas, colocando o projeto dessa natureza, acaba acontecendo que muitas vezes alguns artigos absurdos acabam sendo incluídos para demonstrar esse monopólio da virtude que obriga o Executivo a ter que vetar algumas coisas absurdas. O que eu entendi desses dois artigos que foram vetados pelo poder Executivo é que ele condena, de maneira prévia, a empresa que for denunciada por trabalho escravo. Se tu fores denunciado por trabalho escravo, tu não podes mais ter alvará; se tu fores denunciado por trabalho infantil, tu não podes mais ter alvará. No artigo fica escrito ali que, se comprovada a inocência, pode voltar a ter alvará; quer dizer que a gente vai condenar esse empreendedor a perder o seu emprego, a sua fonte de renda, a forma de dar emprego para outras pessoas de maneira prévia, e, no final do processo, que a gente sabe que no Brasil o processo às vezes demora anos para correr, se ele for inocentado, ele tem direito a voltar a trabalhar. Obviamente, a narrativa política vai tentar demonstrar que nós que votamos pela manutenção do veto, somos pessoas más a favor do trabalho a análogo à escravidão, ao trabalho infantil, mas, na verdade esse é um projeto puramente para inglês ver, porque toda a legislação nacional já prevê punição às empresas que têm esse tipo de má prática. Então, eu digo que vou ser a favor da manutenção do veto, mas estou aqui me expondo e colocando o meu posicionamento de maneira pública, para que as pessoas entendam que, muitas vezes, projetos são apresentados não por uma necessidade, mas por uma narrativa política. Infelizmente, os

vereadores que precisam se manter na coerência às vezes têm que se colocar contra projetos demagógicos como esses que acabaram sendo vetados, e eu vou votar pela manutenção do veto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Airton Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, aquele abraço a vocês, aos colegas vereadores, aos nossos espectadores e ouvintes que estão aqui acompanhando as manifestações. Eu quero registrar que o trabalho escravo ou trabalho infantil precisa, sim, de punição rigorosa; portanto, eu vejo o projeto apresentado como uma necessidade, acho que o processo é positivo. E quero dizer que, por esse lado, não concordo com o Jessé, mas concordo, na íntegra, com a segunda manifestação, que foi a primeira que ele falou. Para mim, quem tem trabalho escravo e trabalho infantil no seu empreendimento merece uma punição maior do que a suspensão do alvará, eu acredito que merece o cancelamento definitivo do alvará. Agora, eu concordo com o Jessé quando fala sobre a questão da parte vetada, quando afirma que, se for observado o vício, o alvará é suspenso, e se a decisão judicial for diferente o alvará retornaria, e acredito que no Brasil, com tempo de demora do Judiciário, isso prejudica. Portanto, eu quero dizer ao Pedro Ruas e ao Roberto Robaina que é necessário, na minha modesta visão, aceitar o veto agora, e depois apresentem um projeto modificando a presente lei, dizendo que uma vez definida a comprovação, por via judicial, do trabalho escravo ou do trabalho infantil, que haja o cancelamento do alvará. Esta é a minha posição: aceitamos o veto agora e se apresenta um projeto depois. Podem contar comigo aí. Hoje eu voto contrário ao parágrafo, mas voto favorável ao veto. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, diretor Sandro, Presidente Márcio.

O Ver. Pedro Ruas já fez a exposição de motivos pelos quais nós acreditamos que o projeto é necessário, e eu queria pedir o voto de todos os vereadores e de todas as vereadoras que são contrários ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, porque o projeto só prevê essa contrariedade. E queria pedir também o voto do Ver. Ferronato, para que o Ferronato lesse a parte vetada – eu sei que ele é um vereador experiente e inteligente –, porque, Ver. Ferronato, o que eu estou defendendo é exatamente o que o senhor está defendendo, só que não se pode ter, como o senhor sabe

muito bem, o cancelamento definitivo do alvará sem o trânsito em julgado, sem o julgamento desse empreendimento, dessa empresa que está sendo acusada de trabalho escravo ou trabalho infantil, como não se pode ter o cancelamento do alvará de uma empresa que tenha esse crime sendo praticado antes de ter justamente o processo legal resolvido. Nós estamos prevendo a suspensão do alvará, mas a suspensão do alvará não é quando existir uma denúncia de uma empresa que pratica trabalho escravo; a suspensão do alvará ocorreria quando existisse um flagrante de órgãos públicos que têm competência justamente de efetuar a fiscalização desses empreendimentos. Então, nós não estamos propondo a suspensão do alvará diante de denúncias, nós estamos propondo a suspensão do alvará de empresas que pratiquem ou trabalho escravo ou trabalho infantil e que sejam flagradas praticando esse crime, não denunciadas simplesmente, flagradas! Quer dizer, que seja na hora mostrado o crime realizado, porque isso é o sentido do flagrante. Quanto ao flagrante, evidentemente, a empresa tem o direito de se defender, e, ao exercer esse direito, a empresa estará com seu alvará suspenso; se no final do processo essa empresa comprovar que não estava realizando o trabalho escravo ou infantil, que não estava cometendo esse crime, bem, ao invés de ter suspenso seu alvará, será restituído o pleno direito de a empresa funcionar, porque ela terá provado não estar cometendo o crime. O flagrante é o flagrante, ou seja, ter um processo legal a partir desse crime apontado pelos órgãos de fiscalização; bem, se não tem nem suspensão, quer dizer que a empresa que cometer crimes desse tipo, mesmo sendo flagrada, ela não vai ter nenhum tipo de punição! E, se ela não vai ter nenhum tipo de punição, é simplesmente aceitar impunemente, exatamente, que ela pratique esse crime.

Por isso, muito bem o Ver. Pedro Ruas colocou que, se a lei é aprovada sem a definição de punição, na prática, é um incentivo ao crime, sem que o governo queira, porque eu não vou atribuir ao governo a intenção de incentivar um crime que é condenado por toda a legislação internacional. De fato, o que nós estamos votando aqui é uma legislação simples, uma legislação municipal que se apoia na legislação nacional e que define, de modo muito simples, que não se pode, em Porto Alegre, cometer o crime do trabalho escravo, nem do trabalho infantil. Se isso está ocorrendo, se por flagrante se aponta que está ocorrendo, há a suspensão do alvará; na medida em que, a partir daí a empresa se defenda, tenha um processo legal, ela sendo absolvida, bem, se suspende a decisão e ela retoma o alvará; se ela não for absolvida, ela tem o cancelamento definitivo.

Então quem é a favor de um algum nível de regulamentação para que as relações de mercado não sejam marcadas pelo vale-tudo e nós, na verdade, tenhamos algum tipo de relação de mercado que seja do século XIX, vai ser contrário a esse projeto; mas nós, que defendemos que o século XXI deve significar algum nível de avanço civilizatório e que deve, pelo menos, fazer com que o Estado tenha algum nível de regulamentação, para que não seja um vale-tudo no mercado, que aprovemos esse projeto, que é um projeto simples, um projeto contrário ao trabalho escravo, contrário ao trabalho infantil. E quem é contrário ao trabalho escravo, contrário ao trabalho infantil não pode aceitar que uma empresa seja flagrada cometendo esse crime e não

tenha nenhum tipo de punição, e o veto do governo impede que haja qualquer tipo de punição. Para nós, um veto desse tipo, evidentemente, é um veto que liquida a possibilidade de nós termos uma legislação minimamente civilizatória em relação a esse tema. Por isso, nós pedimos encarecidamente que vereadores progressistas, como, por exemplo, o Airto Ferronato, votem conosco, e que vereadores mesmo conservadores – o que, nesse caso, não importa –, mas que sejam contrários ao trabalho escravo votem conosco. Muito obrigado, vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 192/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nas três primeiras décadas do século XX, nós vivemos no Brasil ainda o período em que trabalhar era coisa de escravo. Na verdade, naquele período, naquele tempo, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, que eram o eixo econômico e político importante do País, as mulheres trabalhavam até o dia do parto e logo após; as crianças não recebiam salário, apenas recebiam um prato de comida ao dia, trabalhavam em qualquer idade; e os homens, a partir dos 18 anos, recebiam salário, quanto e quando o empregador quisesse pagar. Isso foi mudado a partir da CLT. Aliás, entre 1939 e 1943 o Brasil mudou com a criação de três institutos: a CLT, a justiça do trabalho e o salário mínimo. A regulamentação do trabalho – até ali havia trabalho escravo permanentemente –, é muito importante, faz toda a diferença, e a punição é o que define o que será feito e que não será feito. Eu fico espantado com a facilidade que as pessoas têm, atualmente, de atacar as demais sem nenhum sentido. O Ver. Jessé Sangalli fala em projeto demagógico e fala que se quer fazer isso para criar votos. Vereador, eu advogo 44 anos, estou no meu sétimo mandato, sou o segundo vereador mais votado da Casa – a vereadora mais votada é do PSOL, já fui mais votado também, não preciso disso. Nem é meu o projeto, então não se faz isso para fazer voto. Se não pode discutir o mérito do projeto, não ataque seus autores, não é assim que se trabalha no Legislativo. Tenha toda a paciência, mas não é assim, se não quer votar a favor do projeto e votar a favor do veto; claro que se pode fazer é um direito de todos, cada um vota com a sua consciência. Atacar a autoria, ainda mais com esse ataque rasteiro, baixo e injusto não é correto, não é adequado e nós não vamos aceitar, não tem sentido. O que se quer é uma legislação; alguém pode entender que não se precisa de legislação – bem, é um entendimento. Eu acho que precisa de legislação e peço voto sim. E mais, imagina, alguém vai lá por ciúme, faz uma denúncia e vão suspender. Isso é um absurdo! Ou o órgão é o responsável público, legalmente responsável por caracterizar a situação, ou é um processo administrativo. Isso é o mínimo que tem que se saber numa situação como essa. É óbvio que é isso, não é uma denúncia que suspende. Então se não há argumento contra, não precisa argumentar. Agora, ataque à autoria, ser contra o projeto, tem que

conhecer o projeto. Tem que ler o projeto, tem que ler o veto, tem que saber essas coisas para poder ver que não é isso, não é uma mera denúncia – aliás, em caso algum é uma mera denúncia. Não existe esse tipo de punição em nível de Município, em nível de Estado, em nível de União. Toda a legislação federal, estadual, municipal não é baseada em mera denúncia, que, aliás, a mera denúncia, se for no órgão competente, pode levar a uma denúncia caluniosa à punição de quem fez a denúncia errada, punição rigorosa, penal. Portanto, não é por aí que se vai. Encaminho, Sr. Presidente, a favor, obviamente, da derrubada do veto, porque, repito, o projeto é meritório e é necessário. Evidente, quando a gente diz isso, ninguém está preparando aqui para dizer que fulano é a favor de provocar beltrano. Não é isso, tem economias de governo, vocês sabem como funcionam as coisas. Não se disse que nem o prefeito é a favor disso, aliás, eu disse que não era a favor disso; o Ver. Roberto Robaina também disse isso, que não era a favor. Ninguém acusou ninguém, não se está aqui apanhando acusações; nós estamos discutindo um projeto meritório e necessário e pedindo o voto das pessoas, porque é assim que se trabalha em Parlamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Sr. Presidente. Gostei muito da fala do Ver. Pedro Ruas, que trouxe a questão de não falar do autor, mas, sim, atacar o mérito do projeto, a debater o mérito do projeto. E o Ver. Roberto Robaina, para mim, foi muito claro na sua discussão, quando disse que o projeto era simples. E eu concordo, o projeto é simples e errado, e ele é errado tanto do ponto de vista jurídico quanto também do ponto de vista da forma de abordar esse problema. Todos nós somos contra a escravidão, somos contra também a escravidão infantil, mas eu sou contra também a escravidão ideológica nesse caso, porque a ideologia escravizou tamanho o autor do projeto que ele não se deu conta que, primeiro, o projeto é inconstitucional no Município por impor obrigação no Executivo; é inconstitucional também porque ele versa sobre um tema que é de competência federal, não só a fiscalização de trabalho infantil é competência federal como a legislação atinente ao tema é federal também. E o projeto é ruim porque, por conta de um flagrante de uma empresa... Aliás, não tem nenhum processo administrativo perfeito com direito de defesa, contraditório e tudo mais. Vamos exemplificar aqui: o gerente está fazendo uso de trabalho escravo infantil no restaurante, é flagrado, aí vem a Prefeitura – obviamente não poderia acontecer, porque o Judiciário tão pouco deixaria essa lei vigorar, porque a Guarda Municipal não ia ficar fiscalizando trabalho infantil –, e faz a cassação do alvará desse restaurante, porque o gerente fez uso do trabalho infantil. Pois bem, pode ser que o proprietário do restaurante, por exemplo, não esteja ciente, discorde da posição, queira demitir o gerente e o gerente possa ser penalizado, vai

responder por isso legalmente. Por que vamos demitir todos os demais funcionários que não têm culpa da má prática desse gerente na intenção de evitar que essa prática ocorra? O que os demais funcionários, as demais pessoas têm a ver com o crime cometido por aquele responsável pelo estabelecimento.

Eu defendo que a luta contra a escravidão deva ser com a devida punição de todos os responsáveis pelos crimes cometidos e não atribuir a alguma coisa subjetiva como, por exemplo, a cassação de um alvará e punir todos os demais trabalhadores que nada têm a ver com o assunto e, talvez, sejam tão vítimas quanto àquele que foi escravizado, porque vão perder seus empregos, vão ficar sem trabalhar por conta do seu chefe ter feito uso de uma mão de obra infantil.

O projeto é errado do início ao fim: inconstitucional, porque impõe obrigações ao Executivo; inconstitucional, porque a legislação é federal e a competência da fiscalização é federal; e, por último, não resolve o problema. Então, fica aqui o meu encaminhamento pela manutenção do veto, veto muito acertado porque, obviamente, à luz da técnica legislativa tão pouco a Câmara deveria aprovado um projeto tão fragrantemente inconstitucional como esse. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com palavra para encaminhar a votação do PLL nº 192/17, com Veto Parcial.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Depois que ouvi o Ver. Roberto Robaina falando, me ocorreu mais um detalhe. Se esse artigo não for vetado, não se mantiver esse veto, além de a gente condenar de maneira prévia a empresa que foi, aos olhos do fiscal, identificado de trabalho escravo, a gente vai estar condenando essa empresa, esse empreendedor, e muitas vezes é um pequeno empreendedor, a perder o direito de trabalhar. Só que o projeto fala de duas coisas pelo que foi lido: uma coisa é o trabalho escravo, que todos nós condenamos, e outra é o trabalho infantil, que nós também condenamos. A impressão que eu tenho é que, muitas vezes, a gente tem um emaranhado, a nossa legislação é muito extensa e o fiscal tem o que ele quiser para punir o empreendedor que ele achar que deve punir. Se a gente não mantiver esse veto, obviamente vai acabar acontecendo que muitas injustiças serão perpetuadas. Imagina que, por algum motivo, algum fiscal receba uma denúncia, mesmo de ordem política, vai ao empreendimento – olha o poder que vai ter esse fiscal – onde o dono, por algum motivo, inclusive porque as escolas estão fechadas agora, encontra o filho do empreendedor dentro do local de trabalho e pode alegar – isso pode acontecer – que aquela criança estava trabalhando, mesmo que não estivesse, porque não tinha onde deixar essa criança. E o empreendedor perdeu o alvará de maneira temporária até chegar ao final do julgamento, porque estava com seu filho no local de trabalho porque não tinha onde deixar a criança. Esta era a observação que eu queria deixar: além do trabalho escravo, que está colocado, está também o trabalho infantil, e a gente sabe que muitas vezes o empreendedor não tem com quem deixar o filho. O meu

encaminhamento então é esse, para não correr o risco de ter qualquer tipo de abuso por parte da fiscalização, que a gente sabe que existe. Por isso também sou a favor da manutenção do veto. Pode acontecer de um fiscal mal-intencionado punir o empreendedor por estar com seu filho dentro do empreendimento, porque não tinha onde deixar, inclusive nos momentos em que vivemos nos últimos dias, com a falta de escolas abertas, de creches abertas – isso é uma coisa pode cada vez mais acontecer.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 192/17, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, presidente, Ver. Márcio Bins Ely. Os vereadores e vereadoras escutaram o argumento do Ver. Jessé Sangalli, é um argumento realmente muito, muito fraco. Imaginem a analogia, o exemplo que ele criou, então seria o fiscal mal-intencionado que faria o flagrante na empresa onde o filho estaria sendo empregado. Isso é um argumento que é uma invenção muito primária.

O Ver. Felipe Camozzato já trouxe um argumento tentando ser um pouco mais sofisticado, ele atribuiu ao gerente de uma empresa o erro. Então seria ao gerente da empresa impor esse crime que o gerente estaria cometendo, e não se poderia penalizar a empresa. Aí o Ver. Felipe Camozzato, tentando se colocar numa defesa dos trabalhadores, disse que não se poderia proporcionar o desemprego dos trabalhadores dessa empresa em função desse crime cometido pelo gerente sem o conhecimento do patrão da empresa. Convenhamos que esse também é um argumento muito fraco, muito, muito fraco, um argumento que, em última instância, justamente permite a impunidade, permite que se cometa o crime do trabalho escravo e do trabalho infantil. O Ver. Felipe Camozzato argumentava que era uma questão ideológica; eu acho que sim, o Ver. Felipe Camozzato tem uma leitura ideológica sempre que é uma leitura contra qualquer tipo de regulamentação. O Ver. Pedro Ruas deu o exemplo da legislação trabalhista dos anos de 1930 no Brasil e o Ver. Felipe Camozzato é contrário a qualquer tipo de legislação trabalhista, porque o Ver. Felipe Camozzato tem como ideologia justamente o livre mercado do século XIX, não precisa ter nenhum tipo de regulamentação nas relações de trabalho. Inclusive, em última instância, até deixar correr se a possibilidade de nós termos trabalho escravo e trabalho infantil, porque, na medida em que não aceita uma legislação que puna, acaba aceitando que essa realidade ocorra. O Ver. Felipe Camozzato passa uma informação falsa para os vereadores, não tem nada de inconstitucional nesse projeto no que diz respeito à punição, à cassação de alvará, à suspensão de alvará, não tem absolutamente nada de inconstitucional, razão pela qual a Procuradoria da Câmara não tem essa posição. O Ver. Camozzato, em última hora, tenta atribuir uma inconstitucionalidade que não existe no projeto; ao contrário, este projeto está amparado na legislação internacional, na Constituição federal, na legislação nacional, mas ele agrega um elemento ligado à Prefeitura de Porto Alegre, para que a

Prefeitura também entre neste esforço nacional de combate ao trabalho escravo, que ainda existe no Brasil, que ainda existe no Rio Grande do Sul. Não é, felizmente, uma prática usual em Porto Alegre, mas nós temos que ter uma legislação também de combate, porque nós sabemos que Porto Alegre não está incólume em relação a esta possibilidade de crime. E ter uma legislação que iniba este crime é importante; portanto, o veto a este projeto, na verdade, infelizmente, independente das intenções – neste caso, a política não pode ser baseada em intenções, ela tem que ser demonstrada na prática –, impede que haja punições. E, na medida em que impede que haja punições, ele acaba invalidando o projeto. Se o projeto é meritório e se é necessário combater o trabalho escravo e o trabalho infantil, é preciso que as empresas que cometem este crime sejam punidas! A forma de punição é a suspensão enquanto o processo legal não for resolvido, mas o flagrante é dado pelos órgãos públicos. Portanto, o projeto é claro, simples e, de fato, demarca quem está realmente querendo fazer com que tenhamos uma legislação em Porto Alegre que combata o trabalho escravo e o trabalho infantil e que acha que esta legislação não tem importância alguma, porque, na verdade, o veto impede que tenhamos a legislação neste sentido. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Como não temos mais inscritos passaremos à votação do projeto, com veto parcial. Solicito ao diretor que faça a coleta dos votos.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal o PLL nº 192/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** o projeto por 13 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 192/17 e mantido o Veto Parcial.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu, vendo o parecer do procurador da Casa, vejo que este projeto foi apontado como inconstitucional; compete ao chefe do Executivo esta matéria; então, na medida em que ele é inconstitucional, votei “não”.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Votei “sim”, porque o projeto é constitucional, Ver.^a Mônica.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Registro a troca do meu voto – votei errado. Quero dizer também que de inconstitucional não tem nada, por isso troquei meu voto de “não” para “sim”.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, como foi invertida a ordem dos vetos, seria o projeto do Ver. Aldacir Oliboni, com Veto Total.

Vereadora Mônica Leal (PP): Sr. Presidente, eu gosto das coisas muito claras. Eu tenho aqui o parecer do procurador-geral, Roberto Velasquez, em que ele diz: “Ressalvo, contudo, que os conteúdos normativos dos artigos 3º ao 6º da mesma, porque contemplam atribuições de obrigação ao Poder Executivo e implicam interferência na gestão municipal, vênias concedidas, e incidem em violação ao princípio da independência dos poderes.” Pelo que eu pude analisar aqui, este projeto é de competência do chefe do Poder Executivo – eu só queria deixar claro por que não acordei e resolvi dizer que o projeto é inconstitucional. Eu li, estudei e concluí – só queria fazer esse registro. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feito o registro, Ver.^a Mônica Leal.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A Ver.^a Mônica, como todos, tem direito de ter as suas interpretações, só o que contestei é que não há inconstitucionalidade no projeto e não há esta essa afirmação do ponto de vista do conteúdo, do conjunto do projeto por parte da Procuradoria da Câmara. A conclusão da Ver.^a Mônica é um direito dela, mas a afirmação da constitucionalidade, para mim, está clara. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Robaina, fica o registro. O Ver. Pablo Melo está com a palavra.

Vereador Pablo Melo (MDB) (Requerimento): Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, recebi uma notícia que muito me entristece, o querido amigo, ex-vereador desta Casa, acredito que com grande parte dos vereadores presentes nesta legislatura, faleceu, há poucos instantes, no Hospital São Lucas da PUC, o ex-vereador Paulinho Rubem Berta. Sou amigo de um dos familiares dele, que me repassou essa situação, ele estava com Covid-19 e infelizmente veio a óbito há poucos momentos.

Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-vereador Paulinho Rubem Berta.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): A informação do Ver. Pablo Melo realmente nos choca. Eu fui colega e amigo do ex-vereador Paulinho Rubem Berta, acho profundamente lamentável, isso nos entristece muito – foi um grande líder do bairro Rubem Berta, criador da moeda Rubi – e, de fato, é uma perda enorme para a cidadania em Porto Alegre. Eu queria fazer esse registro.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto se silêncio.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 065/20 por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Laura Sito (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLL nº021/17, com Veto Total.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver^a Laura Sito. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente, até em razão do falecimento do nosso querido grande Paulinho Rubem Berta, eu acredito que nós poderíamos votar algum requerimento que esteja em urgência, que precise ser hoje, e depois encerramos a sessão, e começamos na semana que vem com o projeto do Ver. Oliboni. Vamos fazer uma homenagem ao nosso Ver. Paulinho Rubem Berta, encerrando a sessão, essa é a minha posição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY: O convite do secretário Sparta, em consideração à proposta do Ver. Ferronato, deixaremos para discutir na semana que vem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu faria um apelo para que ninguém se inscrevesse –nós teríamos logo o convite da Ver.^a Cláudia, que me parece de extrema importância –, porque eu, mais do que ninguém, ou tanto quanto outros, quero homenagear o Ver. Paulinho Rubem Berta, e acho que é uma homenagem justa e correta. Aliás, na Assembleia Legislativa é assim, nem tem sessão quando perde a vida um ex-deputado, é interrompida a sessão. Nós poderíamos interromper sim, só que esse convite, em plena pandemia, a Ver.^a Cláudia foi muito feliz em fazer esse requerimento... Acho que nós teríamos que fazer o que disse o diretor Sandro: encerrar, fazer uma chamada, votar o requerimento e encerrar.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Eu ouvi a Ver. Nádia, a líder do governo, dizendo que não precisaria requerimento, o secretário estaria à disposição para vir, bastaria combinar com ela e com o Ver. Cecchim, que é o líder do governo. A gente não precisa fazer uma sessão extraordinária para convidar o secretário, ela já disse que o secretário se colocou à disposição.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É que o pedido da Ver. Cláudia, pelo que eu vi hoje na reunião de líderes, é para que venha todas as segundas-feiras ou sextas-feiras.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na verdade, Ver. Pedro Ruas, o requerimento não é da Ver.^a Cláudia, é da Ver.^a Laura Sito.

Vereadora Laura Sito (PT): Exato. Só para esclarecer, esse requerimento, é sobre as vacinas e para que nós possamos debater a questão dos grupos, esclarecer a questão dos grupos prioritários, enfim. Alguns debates chegaram a esta Casa inclusive por meio de algumas comissões. Então, seria mais nesse sentido.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em consideração ao falecimento do ex-vereador Paulinho Rubem Berta, foi vereador recente, esteve com muitos de nós, e, tendo em vista que está encerrada a pauta, nós não iremos convocar uma reunião extraordinária, e o que ficou pendente será apreciado na próxima sessão.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h46min.)

* * * * *